

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JULIANA PIRES SCHULZ

**ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE
FISCAL SOB A ÓTICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE
SANTA CATARINA: O CASO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS**

**Florianópolis
2004**

JULIANA PIRES SCHULZ

**ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE
FISCAL SOB A ÓTICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE
SANTA CATARINA: O CASO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS**

Monografia apresentada à Universidade
Federal de Santa Catarina como um dos pré-
requisitos para a obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Nivaldo João dos Santos, M.Sc.

**Florianópolis
2004**

JULIANA PIRES SCHULZ

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL SOB A ÓTICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA: O CASO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

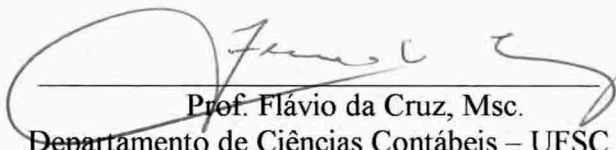
Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de 9,50, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

Compuseram a banca:



Prof. Orientador Nivaldo João dos Santos, M.Sc.
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída 9,50



Prof. Flávio da Cruz, Msc.
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

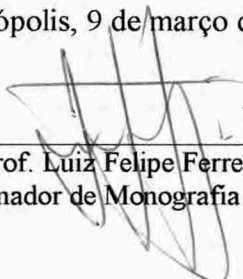
Nota atribuída 8,87



Prof. Luiz Alberton, Dr.
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída 9,50

Florianópolis, 9 de março de 2004.



Prof. Luiz Felipe Ferreira
Coordenador de Monografia - UFSC

Dedico este trabalho a *Vanderlei,*
Vera, Rodrigo e a todos meus
familiares.

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de fazer referência àqueles que colaboraram para a realização deste trabalho e sem os quais essa etapa não seria ultrapassada. É com muita honra que ofereço o meu muitíssimo obrigado...

- A meus amados pais Vanderlei Viana Schulz e Vera Lucia Pires Schulz pela grande força e incentivo a seguir em frente;
- A meus queridos, irmão Rodrigo Pires Schulz e cunhada Marsara de Oliveira pelo apoio e preocupação constantes;
- A presteza dos profissionais do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, em especial Geraldo Gomes pelas informações disponibilizadas;
- Ao meu orientador Nivaldo João dos Santos pelo auxílio e palavras de tranquilidade;
- A todos professores, especialmente professor Flavio da Cruz que em todos os momentos esteve disposto em me auxiliar; e professor Guilherme Júlio da Silva;
- Ao pessoal da Seecon Contabilidade & Assessoria S/C Ltda., em especial Marcello Seemann, Daniela Seemann e Sandra Tholl pelas permissões em me ausentar algumas tardes;
- Aos queridos Giselle Isabel Kincheski, Grasielle Clotildes Kincheski, Mariana Daros de Amorim, Mariana Nicoletti Puricelli, Thaisy Merize Assing, Leila Santin de Lima, Felipe Amaral e Dulciane Monteiro pela amizade e compreensão;
- Ao advogado Mauro Antonio Prezotto pelas informações de conteúdo significativo;
- Ao grande amigo Joel Perozo, que apesar da distância sempre esteve presente;
- A tantos outros amigos e familiares - vocês sabem quem são.

RESUMO

SCHULZ, Juliana Pires. *Análise do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal sob a ótica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina: o caso do município de Florianópolis*, 2004, 66 páginas. Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

A administração pública de um País é tarefa complexa que deve ser exercida observando procedimentos éticos e profissionais, visando o bem comum da coletividade. Através dela, tem-se a administração do aparelhamento público necessário ao funcionamento e crescimento de um país, sujeito a limitações e percepções do grupo detentor do poder estatal. Através das contribuições e impostos, a sociedade espera receber serviços públicos de qualidade e que satisfaça às suas necessidades. Para que isso ocorra, o administrador público deve, dentre outras condutas básicas, gerir o erário público (tesouro) de forma planejada, eficaz e responsável. Porém, o desequilíbrio das contas públicas, os déficits orçamentários, os desvios financeiros, os desleixos na guarda e zelo dos bens patrimoniais, a impossibilidade de certos investimentos em infraestrutura e, também, algumas leis que não são colocadas em prática, entre outros fatores, são comuns na realidade brasileira. No sentido de minimizar essa situação, entrou em vigor no dia 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma Lei Complementar, que como o próprio nome diz veio no intuito de acrescentar e ratificar normas disciplinadoras de finanças públicas na gestão dos Entes Públicos. A referida Lei, também prevê punições institucionais e pessoais no caso de seu descumprimento através de Lei específica para isso. Nesse, sentido teve-se a curiosidade de verificar a questão da aplicação da referida Lei no âmbito do município de Florianópolis, utilizando como instrumento para a análise os dados e relatórios do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, tendo em vista o papel de principal órgão fiscalizador da Lei enquanto auxiliar do Poder Legislativo.

Palavras-chave: Contabilidade Pública, Lei de Responsabilidade Fiscal, Tribunal de Contas do Estado.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Prazos legais de remessa de dados ao TCE pelos Prefeitos.....	39
Quadro 2 - Prazos de remessas ao TCE pelo Poder Legislativo.....	39
Quadro 3 - Pontos de Controle da verificação do cumprimento da LRF pelo TCE.....	40
Quadro 4 - Limites das Dívidas sobre a Receita Corrente Líquida	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Despesa Poder Legislativo até 6º Bim. de 2001	53
Tabela 2 - Metas bimestrais de arrecadação até 3º Bim. de 2001	54
Tabela 3 - Meta Fiscal da Receita até 6º Bim. de 2002	56
Tabela 4 - Meta Fiscal de Resultado Nominal até 6º Bim. de 2002	57
Tabela 5 - Gastos com saúde/impostos e de transferências constitucionais 6º Bim. de 2002 .	57
Tabela 6 - Dívida Consolidada Líquida X Receita Corrente Líquida até 3º Quad. 2002.....	58
Tabela 7 - Despesa Poder Legislativo até 3º Quad. de 2002	59

LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal de 1988
CE	Constituição Estadual de 1989
DCL	Dívida Consolidada Líquida
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEF	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IN	Instrução Normativa
LC	Lei Complementar
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LO	Lei Orgânica do Município de Florianópolis
LO/TCE	Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
PPLA	Lei do Plano Plurianual
RCL	Receita Corrente Líquida
RGF	Relatório de Gestão Fiscal
RREO	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCE	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

RESUMO	5
LISTA DE QUADROS	6
LISTA DE TABELAS	7
LISTA DE SIGLAS	8
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Tema	11
1.2 Problema	11
1.3 Objetivos	12
1.4 Justificativa	12
1.5 Metodologia	14
1.6 Limitações	15
1.7 Organização	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 Contabilidade Pública	18
2.1.1 Papel do contabilista	21
2.2 Administração Pública	22
2.2.1 Princípios da Administração Pública	23
2.2.2 Administração Pública Municipal	25
2.2.3 Agentes públicos	27
2.3 Lei de Responsabilidade Fiscal	29
2.3.1 Penalidades	31
2.4 Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC)	32
2.4.1 Competência do TCE/SC	32
2.4.2 Recursos do TCE/SC para a fiscalização	35
2.4.3 Sistema LRF-Net do TCE/SC	36
2.4.4 Prazos de apresentação das contas municipais ao TCE/SC	38
2.4.5 Relatório de verificação TCE-LRF	40
3 ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA LRF NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	51
3.1 Relatório de verificação da LRF – 2001	51
3.1.1 Análise Bimestral	51
3.1.2 Análise Quadrimestral	55
3.2 Relatório de verificação da LRF – 2002	55
3.2.1 Análise Bimestral	56
3.2.2 Análise Quadrimestral	57
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	63
ANEXOS	65

1 INTRODUÇÃO

A Administração Pública de uma nação é atividade de difícil realização, já que exige simultaneamente conduta moral e bom nível de eficiência com o intuito de satisfazer as demandas da sociedade e produzir benefícios para a coletividade.

Sendo que o funcionamento do Estado depende dos recursos financeiros dos seus cidadãos e de outros agentes econômicos da iniciativa privada, qualquer tipo de alteração nas condições socioeconômicas do país pode comprometer tal funcionamento.

Cabe, então, à administração pública regular os procedimentos e estabelecer políticas gerais para minimizar riscos e evitar desajustes estruturais e conjunturais para que sejam satisfeitas as necessidades sociais e meritórias.

Assim, o gestor público deve gerir os recursos, que lhes são confiados pela sociedade, de maneira organizada, eficiente e dentro de níveis de conduta responsável.

Porém, são comuns na realidade brasileira, o desequilíbrio das contas públicas, os sucessivos déficits econômicos, a escassez de certos investimentos em obras e bens de uso duradouro, as ações de mora e pouca efetividade na aplicação das leis, às vezes ocorridas não só por irresponsabilidade, mas, por má qualificação e falta de treinamento profissional de alguns responsáveis para o exercício de funções públicas, entre outros fatores.

As conseqüências disso para a economia de um País são extremamente negativas, podendo citar: o crescente endividamento público, as altas taxas de juros, uma certa limitação dos investimentos das necessidades básicas da população, entre outras.

Na tentativa de minimizar essa situação torna-se necessária uma reforma estrutural na gestão dos Entes Públicos. Complementando legislações anteriores e acompanhando tendência mundial, a promulgação da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), institui normas disciplinadoras de finanças públicas na gestão dos Entes Públicos.

Sua ação controladora e fiscalizadora é complementada pela Lei 10.028 de 19 de outubro de 2000 que estabelece punições e impõe multas para aqueles que descumprirem a LRF.

Uma maior transparência, efetivos controle e fiscalização caracterizam a LRF como detentora potencial de severidade, podendo coibir atitudes irresponsáveis de alguns gestores públicos, assegurando à sociedade que os recursos colocados à disposição dos governantes estejam sendo aplicados de forma correta.

Nesse contexto, pretende-se, através desta monografia, verificar a aplicação dos mecanismos anteriormente citados no âmbito do município de Florianópolis detectados por meio do controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

1.1 Tema

O tema da presente monografia refere-se ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, no âmbito do município de Florianópolis, sob a ótica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

1.2 Problema

A perspectiva da referida lei, em possibilitar transparência, controle e fiscalização mais eficazes, vem como mecanismo de controle social do dinheiro público.

Nesse sentido faz despertar o interesse dos cidadãos e se torna tema para investigações acadêmicas. Em função disso, pretende-se verificar como é realizada a aplicação desses princípios e responder à seguinte questão-problema:

De que forma foi cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, nos anos de 2001 e 2002 no município de Florianópolis, sob a ótica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina?

1.3 Objetivos

O objetivo geral do presente trabalho consiste em verificar de que forma foi cumprida a LRF, no âmbito do município de Florianópolis nos anos de 2001 e 2002, através do ponto de vista do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC).

Os objetivos específicos são:

- descrever o funcionamento da fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; e,
- verificar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal no âmbito do município de Florianópolis.

1.4 Justificativa

A LRF tem como pressupostos básicos o estabelecimento de normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão dos Entes Públicos. Veio também, complementar legislação anterior, tais como a Constituição Federal de 1988, respectivas

Constituições Estaduais, Leis Orgânicas dos Municípios, Lei Federal 4.320/64¹, Lei 8.429/92² e as demais relacionadas à área pública.

A LRF estabeleceu limites e normas relacionados a gastos com serviços de terceiros, despesas com pessoal, endividamento, metas fiscais, entre outros. Além disso, também previu punições institucionais e pessoais relacionadas ao não cumprimento desses limites e normas.

Relacionadas a essas normas tem-se princípios de transparência, controle e fiscalização e é nesse sentido que se justifica esse estudo, acreditando que, tais princípios acabem por induzir ao gestor público um melhor cuidado e zelo no trato da máquina administrativa pública.

Nesse contexto, pretende-se verificar a aplicação dos mecanismos anteriormente citados no âmbito do município de Florianópolis recorrendo aos relatórios e dados do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Tendo em vista a importância do controle interno e externo para uma maior eficiência na gestão pública, uma vez que verifica o seu andamento e fornece subsídios de melhoramento de sua eficiência, escolheu-se como tema da presente monografia a fiscalização específica do TCE/SC, pelo crédito que a ele é atribuído de principal fiscalizador da LRF.

Considerando necessário acrescentar à discussão teórica um elemento prático para facilitar a compreensão do assunto, escolheu-se como exemplo o município de Florianópolis.

¹ Lei 4320/64 - Lei que estatui normas de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal

² Lei 8.429/92 - Lei de Improbidade Administrativa

1.5 Metodologia

Minayo et al. (1999, p.16) define Metodologia como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, a qual ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas”.

A metodologia em uma pesquisa científica nada mais é que uma orientação, a forma como será executada. Através dela é informado onde, como e com o quê se pretende realizá-la.

Para Demo (1996, p.34), pesquisar “é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante emprego de procedimentos científicos”.

Através da metodologia científica da pesquisa executada, surge o conhecimento científico, sendo que, segundo Galliano (1986, p.19) este “resulta de investigação metódica, sistemática da realidade. Ele transcende os fatos e os fenômenos em si mesmos, analisa-os para descobrir suas causas e concluir as leis gerais que os regem”.

A fim de adquirir conhecimento sobre o tema escolhido, atingir os objetivos e responder a questão-problema, convém escolher o tipo de pesquisa a ser realizada. Esta, portanto, considera-se como uma pesquisa descritiva, exploratória e qualitativa.

A pesquisa descritiva observa, analisa e registra fatos e fenômenos colhidos da realidade sem manipulá-los. No caso específico, a pesquisa descritiva se dará por meio de um estudo de caso.

Raupp e Beuren (2003, p.80) definem que, através da pesquisa exploratória, “busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa”.

Na abordagem qualitativa a interpretação e a análise descritiva na atribuição de significados ao estudo em questão são suas principais características.

De acordo com Longaray e Beuren (2003, p.40) “monografia é um trabalho acadêmico que objetiva a reflexão sobre tema ou problema específico que resulta de um procedimento de investigação sistemática”.

Para atingir os objetivos do estudo, primeiramente recorreu-se, tanto ao texto legal da Lei de Responsabilidade Fiscal, como à legislação, material bibliográfico já publicado e páginas da internet pertinentes ao assunto no sentido de facilitar o estudo em questão.

Posteriormente buscou-se por informações colhidas diretamente com profissionais do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e escritório de advocacia que presta consultoria a municípios a fim de atingir os objetivos do estudo. Além disso, no próprio site do órgão fiscalizador foram selecionadas as tabelas que resumem o cumprimento da lei referida no município de Florianópolis, e que constam em anexo dessa monografia.

1.6 Limitações

São inúmeras as conexões que podem ser feitas com a LRF, pois se trata de uma Lei Federal que abrange toda a administração pública do País, portanto convém delimitar o assunto abordado neste trabalho.

O estudo do cumprimento da LRF no âmbito do município de Florianópolis sob a ótica do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) é realizado através da análise dos relatórios por esse órgão elaborados, os quais verificam o cumprimento da lei.

Dentre os relatórios de fiscalização do TCE/SC limitou-se a presente monografia a consultar o conteúdo disponibilizado via internet pelo Sistema “LRF-NET”.

É dada ênfase apenas aos possíveis descumprimentos à LRF detectados pelo TCE/SC e contidos no Relatório de Verificação TCE-LRF. Ressalta-se que neste trabalho não será abordada discussão referente às penalidades decorrentes dos descumprimentos observados na análise, nem aos processos de reparação de irregularidades.

Sendo assim, esse trabalho não equivale à explanação e aprofundamento de todos os pressupostos da referida lei, mas apenas daqueles que se encontram em desacordo com a mesma, que serão abordados oportunamente no tópico correspondente.

Convém antecipar que algumas limitações foram encontradas no que tange ao estudo de caso da pesquisa feita, como a inexistência de alguns pontos de controle dos Relatórios de Verificações da LRF-TCE referente aos exercícios de 2001 e 2002, bem como algumas incoerências/dúvidas quanto à forma ou conteúdo.

1.7 Organização

Este trabalho está dividido em quatro (04) capítulos, são estes, a saber:

O primeiro capítulo apresenta as primeiras considerações do estudo, começando com a introdução, tema e problema da pesquisa, os objetivos, tanto o geral como os específicos, a justificativa da escolha do assunto, a metodologia da pesquisa, a organização do estudo e por fim a limitação do trabalho.

Através do segundo capítulo, tem-se a revisão bibliográfica onde é conceituada a matéria pertinente ao assunto escolhido, iniciando com uma abordagem geral da Administração Pública, demonstrando o ambiente em que se insere o estudo em si, caracterizando a Contabilidade Pública e os envolvidos na gestão da administração pública, seguida das características da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar No. 101 de 4 de maio de 2000.

O capítulo 3 contempla a aplicação da referida lei no município de Florianópolis a fim de exemplificar na prática seu cumprimento. Por último, no quarto capítulo, têm-se as conclusões e recomendações para futuras pesquisas e trabalhos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, é abordada a parte conceitual da monografia, através da confluência de material relacionado ao tema da pesquisa. Apresentam-se definições da finalidade e organização da Administração Pública, os responsáveis por sua condução, e conceitos da Contabilidade Pública. Adicionalmente contemplam-se aspectos relacionados à LRF.

2.1 Contabilidade Pública

A contabilidade, como ciência, estuda os fenômenos patrimoniais das entidades públicas e privadas em seus aspectos qualitativos e quantitativos a fim de permitir aos seus usuários externos e internos, análises para fins diversos, como de produtividade, de solvência, de liquidez, entre outros.

Define Iudícibus et al. (1994, p.58) a Contabilidade como “um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização”.

Como um dos ramos da ciência contábil, a Contabilidade Pública tem por objeto de estudo, o patrimônio público das entidades governamentais. Sá e Sá (1994, p.107) definem de forma bastante completa a Contabilidade Pública como aquela que...

é aplicada às entidades públicas. As normas a serem seguidas para a escrituração das entidades públicas acham-se estabelecidas por leis especiais e formam objeto de cuidado dos técnicos no assunto. Forma uma especialização porque envolve uma série de correlações como as do Direito Público, Direito Administrativo, Ciência das Finanças, Direito Tributário etc. O exercício das entidades públicas é previsto pelo orçamento que, sendo observado pelas câmaras dos representantes do povo, passa a ter consistência legal; sua execução depende da observação das verbas votadas, que depois são empenhadas para formarem, finalmente uma despesa ou uma receita efetiva. A finalidade da contabilidade pública é a de estabelecer regras para que os

atos e fatos administrativos da gestão financeira e patrimonial das entidades públicas se realizem em perfeita ordem e sejam registrados sistematicamente, de modo a mostrar, em épocas prefixadas, os respectivos resultados.

Segundo Angélico (1994, p.107) a Contabilidade Pública...

registra a revisão das receitas, a fixação das despesas e as alterações introduzidas no orçamento. Examina as operações de créditos, exerce controle interno, acompanhando passo a passo a execução orçamentária, a fim de que ela se processe em conformidade com as normas gerais do Direito Financeiro.

Silva (1996) afirma que a Contabilidade Governamental não pode se restringir ao objetivo de prestação de contas mas, além disso, deve permitir o controle efetivo da gestão do governo, auxiliar no processo decisório, de forma transparente para que os cidadãos possam compreender a ação dos governantes aguçando-lhes a análise crítica e permitindo-lhes discernir quanto a sua forma de atuação.

Portanto, a Contabilidade Pública ou Governamental, como um dos ramos da Ciência Contábil e que tem por objetivo de estudo o patrimônio das Entidades Públicas, registrando a variação dos atos e fatos patrimoniais, não deve ser somente utilizada como mera forma de contabilização ou registro de valores, mas, além disso, deve ser utilizada em sua função efetiva de controle e planejamento, auxiliando de forma eficaz à gerência da Administração Pública na tomada de decisão.

A elaboração e controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal é normatizada pela Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964.

O referido diploma legal, regulamenta o planejamento e orçamento exigido pela Constituição Federal de 1988, instituindo regras a serem seguidas sobre o conteúdo da Lei do

Orçamento, da proposta orçamentária, da elaboração e execução do orçamento, do Exercício Financeiro, dos créditos adicionais, dos fundos especiais e da contabilidade.

O Art. 83, Lei Federal 4.320/64 preceitua que a contabilidade deve evidenciar a situação daqueles que arrecadam receitas, efetuam despesas, administrem ou guarde bens a ela pertencentes ou confiados perante a Fazenda Pública.

Conforme Art. 85, da referida lei:

os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitir o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da posição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Portanto como um sistema de informação e avaliação a contabilidade possibilita a análise dos fatos ligados a administração pública devendo ser fielmente mensurada para que a tradução dos acontecimentos em números possibilite a correta avaliação dos usuários internos de sua própria administração e dos usuários externos, a aprovação popular.

Segundo o art. 75, da Lei 4.320/64, o controle interno a ser exercido pelo Poder Executivo compreenderá a legalidade dos atos resultantes de arrecadação de receita ou realização de despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; a conduta dos agentes da administração pública e o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

O controle é peça fundamental nas verificações de que trata o artigo 75 antes mencionado, devido ao grande volume de recursos, concorrência e informações que circundam as atividades econômicas, por necessidade ou questão de sobrevivência acabam sendo administradas de forma descentralizada, envolvendo várias repartições e órgãos de forma integrada.

Portanto efetivos controles internos, além de auxiliarem em uma boa administração, também facilitam o controle externo e, por consequência, a fiscalização.

Segundo Silva (1996, p.139) o controle pode ser contábil e administrativo ou operacional. No controle contábil estão compreendidos a salvaguarda dos ativos e a idoneidade dos registros, bem como preparação de relatórios, inventários e conciliações e auditoria interna.

E, o controle administrativo ou operacional compreende a eficiência das operações e a observância às políticas administrativas, além de análise estatística, acompanhamento físico dos contratos, controle de qualidade e auditoria de programas e operacional.

Em ambos os tipos de controle a qualificação e o desempenho por parte dos administradores públicos, enfatizando o Contabilista são de grande importância para que sejam colocados em prática.

2.1.1 Papel do contabilista

Silva (2001) afirma que a LRF atribui um valor especial à profissão contábil, ao reconhecer a importância das informações contábeis e disciplinar os procedimentos de sua elaboração e divulgação, estabelecendo a forma e os prazos pertinentes.

Nesse sentido, a partir da publicação da LRF se tem a reafirmação de normas já existentes e algumas inovadoras na área pública impondo ao gestor público, incluindo o contabilista uma postura mais responsável e com maiores atribuições na execução de diversas funções administrativas.

2.2 *Administração Pública*

Para Bueno (1983, p.50), administrar é “gerir (negócios públicos ou particulares); governar; dirigir; ministrar, dar a tomar; conferir; aplicar; governar; exercer as funções de administrador”.

Assim, o ato de administrar é a função de determinada pessoa ou grupo de pessoas aplicando esforços coordenados, em entidades do setor público ou privado, onde, através do trabalho em conjunto procurem alcançar um objetivo comum.

No que se refere à Administração Pública, Di Pietro (1991, p.48) expõe que essa pode ser observada em dois sentidos, a partir da idéia de que administrar compreende planejar e executar:

- a) em sentido amplo, a Administração Pública, subjetivamente considerada, compreende tanto os órgãos governamentais, supremos, constitucionais (Governo), aos quais incumbe traçar os planos de ação, dirigir, comandar, como também os órgãos administrativos, subordinados, dependentes (administração pública, em sentido estrito), aos quais incumbe executar os planos governamentais; ainda em sentido amplo, porém objetivamente considerada, a administração pública compreende a função política, que traça as diretrizes governamentais e a função administrativa, que as executa;
- b) em sentido estrito, a Administração Pública compreende, sob o aspecto subjetivo, apenas os órgãos administrativos e sob o aspecto objetivo, apenas a função administrativa, excluídos, no primeiro caso, os órgãos governamentais e, no segundo, a função política.

Meirelles (1990, p.61) define a administração pública como sendo “todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando a satisfação das necessidades coletivas”.

De acordo com Deodato (1997, p.6), “as necessidades públicas são infinitas. De terras, de casas, de estradas, de ruas, de pontes, de navios, de defesa interna e externa, de justiça, de funcionários e trabalhadores”.

As necessidades coletivas, portanto, seriam entre outras, a prestação de serviços, como assistência médico-hospitalar, segurança pública, saneamento básico, educação e ensino em escolas públicas, transporte coletivo, construções de obras públicas, como ruas, avenidas, praças, e outras obras em geral, organizadas e colocadas à disposição da sociedade.

Portanto, a fim de suprir as necessidades públicas por meio da realização dos seus serviços, à Administração Pública cabe organizar o aparelhamento pertencente ao Estado e os recursos a ele confiados, correspondendo aos objetivos traçados pelo Governo, zelando pelo patrimônio público e de acordo com o ordenamento jurídico vigente.

2.2.1 Princípios da Administração Pública

A palavra “princípio” significa, preceito ou regra de como proceder. Para Niebuhr (2000, p.44 apud ROSA E GHIZZO Neto, 2001, p.33)

Os princípios são normas de elevada abstração e generalidade, não circunscritos em pressupostos de fato, relacionados historicamente à moral e à justiça, o que a eles confere superioridade normativa, bem como propicia a descoberta do sentido e da finalidade a ser perseguida na solução de casos concretos, sistematizando e permitindo a adequação da ordem jurídica à dinâmica social, mediante ponderação justificada pelo razoável.

No Texto Constitucional de 1988, art. 37, é estabelecido que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deve atender aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

O princípio da legalidade relaciona-se ao que está na lei, decorrente dela, isto é, na administração pública só é permitido fazer o que a lei autoriza.

A impessoalidade significa que na administração pública o interesse a ser perseguido é tão somente o público, sendo que benefício diverso desse caracteriza pessoalidade, como a de beneficiar ou prejudicar certo órgão ou servidor público.

Na administração pública a moralidade relaciona-se à boa conduta ética dos responsáveis pela gestão pública, devendo permear todos os seus atos.

O princípio da publicidade refere-se à divulgação dos atos da administração, possibilitando a liberdade de verificação pelos interessados na gestão pública.

Reforçando os princípios da administração pública, a LRF apresenta outros princípios como o planejamento, a transparência, a participação popular e a eficiência, segundo consta no Guia da Lei de Responsabilidade Fiscal (2001).

O planejamento significa o ato de prever ao invés de corrigir, isto é, verificar antecipadamente aspectos como os custos necessários, a duração e os riscos possíveis para determinada ação governamental.

Envolvendo publicidade e compreensibilidade, a transparência na administração pública significa que a sociedade possa tomar conhecimento das contas e ações governamentais, através de informações compreensíveis.

A transparência é mais ampla que a publicidade, pois as contas públicas além de estarem disponíveis devem ser de fácil entendimento para a sociedade.

Já a participação popular nas decisões públicas significa que mais do que meras reuniões para a divulgação de decisões e/ou resultados, as audiências públicas sejam um instrumento de caráter participativo e democrático do cidadão, devendo ser incentivadas.

A eficiência na Administração Pública se manifesta no realizar-se as tarefas da melhor maneira possível, buscando o controle dos resultados, alcance das metas estabelecidas e otimização na qualidade dos serviços públicos. A introdução de um sistema de custos, como preconiza a lei constitui instrumento para o cumprimento desse princípio.

Infere-se assim a observância dos princípios que norteiam a Administração Pública, os quais são de fundamental importância na aplicação das leis.

2.2.2 Administração Pública Municipal

A organização político-administrativa do Estado Brasileiro compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sendo todos dotados de autonomia político-administrativa conforme a Constituição Federal de 1988.

Essa organização visa uma descentralização das atribuições competentes conforme os níveis de governo, federal, estadual e municipal, sendo representados respectivamente pelo Presidente da República, Governadores e Prefeitos.

De acordo com Silva (1996, p.20), o Estado para cumprir suas finalidades desempenha as funções...

de instituir e dinamizar uma ordem jurídica (função normativa, ordenadora ou legislativa); de cumprir e fazer cumprir as normas próprias dessa ordem, resolvendo conflitos de interesses (função disciplinadora ou jurisdicional); de cumprir essa ordem, administrando os interesses coletivos, gerindo os bens públicos e atendendo as necessidades gerais (função executiva ou administrativa).

Portanto de acordo com o nível de Governo a vontade do estado surge da manifestação dos seus Poderes realizando as funções essenciais de elaboração das leis, exercida pelo Poder Legislativo; de conversão dessas leis em ato individual e concreto, exercida pelo Poder Executivo e de aplicação aos litigantes, de competência do Poder Judiciário.

O Poder Legislativo nos Municípios é exercido pela Câmara Municipal constituída de representantes do povo, eleitos por voto direto e secreto (Vereadores) sendo representado pelo Presidente da Câmara (artigos 34 a 36, da LO do município de Florianópolis).

O Poder Executivo nos Municípios é exercido pelo Prefeito com o auxílio dos Secretários ou Diretores equivalentes (art. 65, da LO do município de Florianópolis).

Assim, para prover o Município dos assuntos de interesse local e conforme a competência que lhes cabe, a administração pública municipal dar-se-á através da Prefeitura (órgão executivo) e da Câmara de Vereadores (órgão legislativo).

Kohama (1989, p.30) afirma que “o campo de atuação da Administração Pública, compreende os órgãos da Administração direta ou centralizada e os da Administração indireta ou descentralizada”.

A centralização ou descentralização se dá conforme os serviços executados pelo órgão estejam ligados, diretamente ou não, na estrutura administrativa do Chefe do Poder Executivo. Nos Municípios, fazem parte da Administração Direta a Prefeitura, as Secretarias Municipais e a Câmara Municipal.

De acordo com Kohama (1989, p.32), “o Estado pode utilizar-se de instituições com personalidade jurídica de direito público ou de direito privado, dependendo dos serviços que pretende transferir, quer por força de contingência ou de conveniência administrativa”.

Assim conforme a necessidade do Estado e segundo Meirelles (1990) na Administração indireta figuram as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, as quais apresentam três pontos em comum: a criação por lei específica, personalidade jurídica própria e patrimônio próprio.

No caso específico, compõem o quadro administrativo do Município de Florianópolis, segundo consta no seu sítio eletrônico oficial (www.pmf.sc.gov.br):

- Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF);
- Fundação Franklin Cascaes;
- Fundação Municipal do Meio ambiente (FLORAM);
- Fundação Municipal de Esportes;
- Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP);

- Gabinetes da Prefeita e do Planejamento;
- Secretarias de Administração, de Educação, de Transportes e Obras, de Urbanismo e Serviços Públicos, de Turismo, da Saúde, Regional do Continente, da Habilitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, de Finanças;
- Procuradoria Geral do Município; e,
- Núcleo de Transportes.

2.2.3 Agentes públicos

Os serviços públicos são disponibilizados à coletividade através da administração direta e indireta.

Conceitua Catherein (apud KOHAMA, 1989, p.17) que serviço público é “o conjunto de atividades e bens que são exercidos ou colocados à disposição da coletividade, visando abranger e proporcionar o maior grau possível de bem-estar social ou da prosperidade pública”.

O Estado como pessoa jurídica, não dispõe de vontade própria, atuando por meio de pessoas físicas, que são os agentes públicos. Di Pietro (1991) afirma que o agente público é toda pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da administração indireta.

Apesar de algumas divergências na classificação dos agentes públicos julgou-se melhor, no contexto deste trabalho seguir a opinião de Mello (1975, p.6 apud DI PIETRO 1991, p.305) que subdivide os agentes públicos em “agentes políticos, servidores públicos e particulares em colaboração com o poder público”.

No entanto, independentemente da classificação dada, àqueles que se ligam direta ou indiretamente ao Estado, cabe observar rigorosamente os preceitos legais e éticos que orientam suas atividades, no sentido de exercê-las de forma correta a fim de atingir os

objetivos perseguidos, pois no exercício de suas funções aqueles estão sujeitos a responsabilidades e penalidades, quando do seu não cumprimento.

Conforme o § 6º, do art. 37 da CF/88 tanto as pessoas de direito público como as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Segundo o art. 90 do Decreto Lei No. 200, de 25 de fevereiro de 1967, serão responsáveis pelos prejuízos que causarem à Fazenda Pública o ordenador de despesa e o responsável pela guarda de dinheiros, valores e bens.

De acordo Iudícibus e Marion (2001) o ordenador de despesa é a autoridade cujo ato resulte em emissão de empenho, autorização, ou liquidação de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Erário público.

Conforme o art. 81 e 82 do Decreto Lei 200/67 todo ordenador de despesa ficará sujeito à tomada de contas realizada pelo órgão de contabilidade e verificada pelo órgão de auditoria interna, antes de ser encaminhada ao Tribunal de Contas.

Assim, a verificação do emprego dos recursos e zelo pelo patrimônio será realizada internamente pelo órgão de auditoria interna e posteriormente pelo Tribunal de Contas, como controle externo.

Cabe lembrar que, o ordenador de despesas é responsável pelos atos praticados pelo subordinado que exorbita as ordens recebidas salvo quando for conivente ou omitir-se em reprimir o ato praticado, segundo o § 2º do art. 80 do Decreto Lei 200/67.

Assim, a sujeição à prestação de contas, especialmente com a edição da LRF evidencia a necessidade de que, o ordenador de despesa ou o responsável pela guarda de dinheiro, valores e bens, seja profissional capacitado e de conduta moral cuidadosa no trato dos recursos públicos colocados a sua disposição, vez que pode ser responsabilizado, e eventualmente punido, quando de má conduta.

2.3 Lei de Responsabilidade Fiscal

A LRF é um código de conduta para os administradores públicos de gestão na área pública, submetendo-os a prestação de contas dos recursos a eles confiados pela sociedade.

Na verdade, já era previsto no art. 163 e § 9º, do 165, da CF/88, que lei complementar regulamentaria as finanças públicas, gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, sendo finalmente sancionada em 4 de maio de 2000 e publicada no dia seguinte.

Antes mesmo da promulgação da LRF, já existiam mecanismos que tratavam de preceitos básicos, fiscalização e punição relacionados à gestão na área pública. Afirma Cruz et al. (2002, p.16) que...

O surgimento de uma lei regulamentadora da responsabilidade com que os gestores públicos deverão comportar-se ao longo de um mandato popular ou até mesmo em função de ter assumido cargo público para o qual foi legalmente aprovado em concurso público não é uma novidade no Brasil.

Assim, a LRF ratifica e acrescenta novos aspectos na tentativa de proporcionar uma melhor gestão pública e ainda responsabilizar os gestores quanto à sua conduta na administração.

A LRF surge em consequência do Programa de Estabilidade Fiscal – PEF, decorrente do acordo firmado em 13 de novembro de 1988, conforme assinalado no Memorando da

Política Econômica e que conforme Cruz et al (2002, p.17) “tem como objetivo a drástica e veloz redução do déficit público e a estabilização do montante da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto da economia”.

Em síntese, a LRF que passou a vigorar em 4 de maio de 2000 e composta por 75 artigos tem por objetivo disciplinar a gestão do dinheiro público, através de administração responsável e transparente, equilíbrio entre receitas e despesas e limites e prazos a serem cumpridos.

Para cumprir com as demandas e os interesses públicos os gestores públicos devem seguir o Plano de Governo. Segundo o Guia da Lei de Responsabilidade Fiscal (2001), com a LRF, o planejamento passa a ser elemento primordial na trilogia da gestão fiscal responsável, donde seus fundamentos se encontram estabelecidos na transparência dos resultados e no controle de limites e prazos.

Com a lei, o conteúdo constante nos instrumentos orçamentários, como as informações relativas a metas bimestrais e fiscais, limites de despesa e dívida públicas, realização de operações de crédito, entre outras, tendem a se tornar mecanismos efetivos de planejamento, acompanhamento e controle por parte dos gestores públicos uma vez que relacionarão as reais necessidades e as deficiências capazes de serem corrigidas, na busca por uma gestão mais eficiente.

O Plano de Governo compõe-se dos seguintes instrumentos de planejamento: o PPLA (Lei do Plano Plurianual), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual), que de forma integrada relacionam as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública, em até quatro anos.

Portanto o que estiver nesses instrumentos de planejamento é o que deve ser seguido na administração pública, salvo possíveis emendas ao projeto da LOA, desde que, em concordância com o PPLA e LDO, além de outras exceções como os créditos adicionais, no caso de acontecimentos imprevistos.

2.3.1 Penalidades

Uma lei é um ordenamento de regras a serem seguidas, na qual a violação aos seus preceitos, propositadamente ou não implica em responsabilização do culpado pelo ato e que conforme o julgamento pode acarretar em penalidades.

A legislação que regulamenta as infrações dos dispositivos da LRF são: o Decreto-Lei No. 2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; a Lei 1.079, de 10 de abril de 1950 (crimes de responsabilidade das autoridades da União e dos estados), o Decreto-lei 201, de 27 de fevereiro de 1967 (crimes de responsabilidade dos prefeitos e vereadores), a Lei 8.429, de 2 de junho de 1992 (crimes de responsabilidade dos agentes públicos), e demais normas pertinentes ao assunto (art. 73, LRF).

Soma-se, às citadas acima, a Lei No. 10.028³, de 19 de outubro de 2000, sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A referida lei, composta por apenas seis artigos altera o Decreto-Lei No. 2.848/40 (art. 339 e o Título XI), a Lei No. 1.079/50 (art. 10, 39, 40e 41) e o Decreto-Lei No. 201/67 (art. 1º) tipificando os crimes de responsabilidade fiscal.

Segundo Khair (2000, p.9) o descumprimento a LRF acarreta “punições fiscais e penais. A punição fiscal consiste na suspensão das transferências voluntárias (menos para as

³ Lei nº 10.028 a Lei de Crimes de Responsabilidade Fiscal

destinadas às ações de saúde, educação e assistência social), contratação de operações de crédito e obtenção de garantias”.

Segundo o mesmo autor, a punição penal varia de acordo com o tipo de transgressão à LRF, podendo acarretar em:

- Perda do cargo e a inabilitação pelo prazo de 5 anos para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular;
- Cassação do mandato;
- Detenção de 3 meses à 3 anos;
- Reclusão de 1 à 4 anos;
- Multa de 30% nos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, sendo o pagamento de multa de sua responsabilidade pessoal.

2.4 Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC)

Como órgão público de controle externo o TCE/SC tem por função a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública do Estado e dos Municípios catarinenses em auxílio à Assembléia Legislativa e Câmara Municipal, respectivamente (artigos 59 e 113 da CE).

O objetivo do TCE/SC, conforme consta na obra “TCE: Controle Público e Cidadania” (2001, p.14)

é comprovar a probidade da administração e a regularidade da guarda e da utilização dos recursos públicos, além da fidelidade na execução do orçamento. Por consequência, coibir a ação dos maus administradores, caracterizada por fraudes, desvios de recursos e atos de corrupção.

2.4.1 Competência do TCE/SC

São inúmeras as atribuições que competem ao TCE, como por exemplo:

- apreciação das contas do Governador do Estado e dos Prefeitos Municipais;

- verificação da legalidade dos atos de admissão de pessoal, na administração direta e indireta;
- legalidade dos atos de concessão de aposentadorias;
- instituição de comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções que lhe compete conforme consta em lei; além das atribuições internas administrativas, como elaborar seu Regimento Interno;
- organizar seu quadro de pessoal e provimento de cargos, entre outras.

Para cumprir algumas de suas funções, é necessário que as unidades gestoras sujeitas à sua jurisdição, encaminhem, por meio informatizado ou documental, balanços, balancetes, demonstrativos contábeis e as informações necessárias, conforme consta no art. 3º, LO do TCE/SC.

No caso específico da LRF e em conformidade com o art. 59, a fiscalização do TCE/SC tem por finalidade verificar a legalidade, a legitimidade, a eficiência e a economicidade de atos administrativos em geral, e também o cumprimento das normas relativas à gestão fiscal e instruir o julgamento de contas (art. 26 da LO), devendo enfatizar os seguintes aspectos:

- I. O atingimento das metas a serem estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II. Os limites e condições para realização de operações de crédito e inserção em Restos a Pagar;
- III. As medidas adotadas para o retorno da despesa com pessoal ao respectivo limite quando ultrapassado;
- IV. A destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos;
- V. O cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais

No que se refere à LRF, a fiscalização e controle exercidos pelo TCE/SC é realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.tce.sc.gov.br>.

A fiscalização por meio eletrônico não exime os Municípios e o Estado da remessa documental, tendo em vista os vários aspectos a serem verificados, mesmo porque alguns não são capazes de serem quantificados monetariamente.

Também cabe colocar que, caso haja necessidade de comprovação dos dados fornecidos previamente por meio eletrônico, dos municípios fiscalizados pelo TCE, são realizadas verificações por meio de auditoria *in loco*.

Em todas as etapas do processo de julgamento de contas, de fiscalização de atos e contratos e de apreciação de atos sujeitos a registro, será assegurada aos responsáveis e interessados ampla defesa, conforme o art. 75, da LO do TCE.

Conforme determina o § 1º, do art. 59, a LRF impõe uma maior responsabilidade ao TCE, que deverá alertar os Poderes ou órgãos quando constatar:

- I. um possível descumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais;
- II. que a despesa total com pessoal ultrapassou os limites percentuais estipulados por lei;
- III. que as dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia ultrapassaram 90% dos respectivos limites;
- IV. que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido por lei;
- V. fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

Desse modo, além da fiscalização da prestação de contas anual, o TCE deverá também acompanhar periodicamente as metas, limites e condições estabelecidas dos Entes devendo comunicar quando houver descumprimento o fato de forma preventiva.

2.4.2 Recursos do TCE/SC para a fiscalização

A LRF implicou uma série de adaptações ao Tribunal de Contas, tais como:

- uma nova resolução (Instrução Normativa 002/2001) para incluir as obrigações previstas pelos artigos 56 até 59 da LRF;
- treinamento dos servidores nos novos procedimentos da LRF; e,
- revisão no sistema de dados informatizados como forma de agilizar a remessa de dados e informações pelo Estado e Municípios.

Como afirma Ribas Jr. (2003) atualmente o TCE/SC atravessa um processo de iniciativas no campo da normatização, com a publicação da nova Lei Orgânica e do novo Regimento Interno, além de várias resoluções no sentido de adaptar a instituição às exigências constitucionais e legais e às aspirações da sociedade.

As exigências constitucionais referem-se à CF/88 e, por conseguinte a CE-SC/89, que ampliaram as atribuições do TCE. Com maior volume de trabalho e para tornar o controle perante a sociedade mais ágil e eficaz, em 1993, começaram os estudos para a implantação do Sistema de Auditoria de Contas Públicas – ACP, conforme a Revista TCE (2003).

São vários os sistemas implementados nesse sentido e um dos mais recentes sistemas de informação que se encontram disponibilizados na internet é o “LRF-Net”.

O LRF-Net foi implementado no sentido de garantir transparência e agilizar a verificação do cumprimento da LRF. Os dados e informações são enviados pelos responsáveis

da administração pública de órgãos e prefeituras através da Internet e onde, também, posteriormente, o TCE publica os resultados da fiscalização.

Nos dias atuais a instituição possui 424 servidores e cerca de 2.000 órgãos sujeitos à fiscalização enfrentando os novos desafios impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo dados da Revista do TCE (2003).

2.4.3 Sistema LRF-Net do TCE/SC

O Sistema LRF-Net encontra-se disponível no sítio eletrônico do TCE desde 2001 no endereço <http://www.tce.sc.gov.br>. É um programa desenvolvido por técnicos das diretorias de informática, de controle dos municípios e da administração estadual, que tem respaldo na Resolução No. 16/94 e também na Instrução Normativa No. 002/2001, ambas do TCE/SC.

A Resolução No.16, de 21 de dezembro de 1994, estabelece o sistema de comprovação e de demonstrações contábeis, por meios informatizado e documental, das unidades gestoras das Administrações do Estado e dos Municípios de Santa Catarina, pertinentes ao controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Estado, dando sustentação ao Sistema de Auditoria de Contas Públicas (ACP).

A IN No. 002/2001 disciplina a elaboração, guarda e remessa, ao TCE, de dados e informações sendo especificamente instituída para o cumprimento da gestão fiscal exigida pela LRF.

Em decorrência da transparência e da publicidade como pressupostos da lei, o sistema LRF-Net permite a visualização dos atos e fatos decorrentes da administração pública na Internet.

Porém, cabe ressaltar que apesar da popularidade ainda é uma pequena parcela da sociedade que tem a internet a disposição e aqueles que tem muitas vezes são omissos ou não tem conhecimento quanto ao acompanhamento da gestão fiscal disponibilizado na rede.

De acordo com a Revista do TCE/SC (2003, p.26) o funcionamento do LRF-Net se dá da seguinte maneira:

- 1) Através do endereço eletrônico [http\\www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br) as prefeituras, câmaras municipais, o Executivo Estadual, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina e o Tribunal de Justiça acessam o aplicativo através de uma senha permitindo a entrada na área reservada ao preenchimento das informações;
- 2) Com o término do preenchimento dos dados, o sistema emite um recibo comprovando o envio das informações que vão direto para o banco de dados do Sistema de Auditoria de Contas Públicas – ACP.
- 3) As informações cadastradas pela administração estadual e municipal são, confrontadas com os pontos de controle eleitos pelo TCE para avaliar o cumprimento das determinações da LRF.
- 4) Os resultados dos técnicos do TCE são publicados através de extratos individualizados no endereço eletrônico do órgão, com acesso aberto à consulta.

As informações prestadas pelo Poder Executivo devem consolidar também os dados relativos aos seus fundos, fundações, autarquias e empresas estatais, se for o caso, visto que compõem a esfera de responsabilidade do Poder Executivo, mas não prestam informações relativas a sua gestão fiscal individualmente.

De forma resumida, os resultados da gestão fiscal nos entes referidos na primeira etapa do processo supramencionado, apurados pelos técnicos do TCE intitulam o nome de Relatório Resumido das Verificações Relativas à LRF, o qual aponta os pontos de controle escolhidos pelo referido órgão na fundamentação de suas decisões sobre o cumprimento da lei.

O Relatório elaborado pelo TCE é encaminhado ao município verificado com uma sintética descrição do que foi ou não cumprido, concedendo até 30 dias de prazo ao mesmo para proceder à justificativa, se for o caso.

Conforme inciso VII, do art. 70 da LO TCE os administradores públicos que deixarem de cumprir os prazos de remessa definidos pela Instrução Normativa ou que prestarem informações incorretas ou incompletas estão sujeitos à multa de até R\$ 5.000,00.

No sentido de instruir e auxiliar os órgãos e entidades da Administração Pública no preenchimento dos dados e informações relativos a sua gestão fiscal, consta no endereço eletrônico do órgão os explicativos relacionados ao correto preenchimento das exigências solicitadas para a fiscalização dos pressupostos da LRF.

No “Manual de Componentes da LRF-Net” constam as informações sobre o que deve ser informado nos campos que irão servir de base para os relatórios finais do cumprimento ou não das exigências da LRF.

A atenção por parte do responsável pelo fornecimento das informações é de grande importância, uma vez que uma desatenção, digitação incorreta ou a não observância do manual pode acarretar em erros no relatório final.

2.4.4 Prazos de apresentação das contas municipais ao TCE/SC

Para o correto atendimento das exigências da LRF e, por conseguinte do TCE, a observância da IN No. 002/01 é de fundamental importância.

Nos ANEXOS II e IV da referida IN encontram-se os prazos a serem cumpridos quando da remessa de dados e informações pelos Municípios e pelo Poder Legislativo Municipal, respectivamente e que também constam em anexo dessa monografia.

Os Prefeitos são os responsáveis por remeter os dados e informações que seguem:

Dados e informações referente aos demonstrativos	05/fev	05/abr	05/jun	05/ago	05/out	05/dez
1 – RGF	X		X		X	
2 – RREO	X	X	X	X	X	X
3 - Demonstrativos que acompanham o RREO	X	X	X	X	X	X
4 - Demonstrativo do cronograma de execução mensal de desembolso e programação financeira	X					
5 - Demonstrativo das despesas com serviços de terceiros do exercício anterior, exigido até 2003	X					
6 - Demonstrativo do desdobramento das receitas previstas no orçamento em metas bimestrais	X					

Quadro 1 - Prazos legais de remessa de dados ao TCE pelos Prefeitos.

Fonte: Adaptado pela autora do Anexo II da IN 002/01

Os Titulares do Poder Legislativo são os responsáveis de remeter os dados e informações que seguem:

Dados e informações relativos aos demonstrativos	05/fev	05/jun	05/out
RGF	X	X	X
Demonstrativo das despesas com serviços de terceiros do exercício anterior, exigido até 2003	X		
Demonstrativo das despesas com o Poder Legislativo no exercício anterior	X		

Quadro 2 - Prazos de remessas ao TCE pelo Poder Legislativo.

Fonte: Adaptado pela autora do Anexo IV da IN 002/01

O RGF é o relatório de periodicidade quadrimestral e deve ser remetido ao TCE até 35 dias após o encerramento do período a que se referir.

O RREO é o relatório de periodicidade bimestral e da mesma forma que o RGF deve ser remetido ao TCE até 35 dias após o encerramento do período a que se referir.

Ambos os relatórios deverão ser elaborados de acordo com as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional (arts. 48 a 55 da LRF), que podem ser alteradas a cada ano. Portanto, no que concerne a esses dois relatórios, a LRF coloca o que deve ser apresentado, e as Portarias do STN instituem a forma como será demonstrado.

As portarias da STN que padronizam o RREO e RGF para os exercícios de 2001 e 2002, são respectivamente portarias nº 469, 470 e 471 e portarias nº 560 e 559.

2.4.5 Relatório de verificação TCE-LRF

De posse dos dados e informações transmitidos pelos Municípios, o TCE tem condições de realizar a verificação do cumprimento da lei. O resultado dessa verificação se materializa no Relatório Resumido de Verificações da LRF, resultante do confronto das informações repassadas pelos Municípios, representado nos pontos de controle a seguir:

Relatório de Periodicidade Bimestral	Relatório de Periodicidade Quadrimestral
1 - Remessa das informações ao Tribunal de Contas	1 - Remessa das informações ao Tribunal de Contas
2 - Publicidade do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	2 - Publicidade do Relatório de Gestão Fiscal
3 - Limite da despesa total com base no número de habitantes	3 - Despesa com pessoal
4 - Limite da despesa com folha de pagamento do Legislativo – até 70% da Receita	4 - Meta fiscal da dívida pública
5 - Limite de gastos com a remuneração de Vereadores em relação à remuneração de Deputado estadual	5 - Gastos totais do Poder Legislativo de 8 a 5% da receita de impostos
6 - Limite de gastos com a remuneração de Vereadores em relação a receita do Município	6 - Gastos com folha de pagamento do Legislativo de até 70% da receita
7 - Meta bimestral de arrecadação	7 - Limite da remuneração de Vereador de 20 a 75% da remuneração de Deputado Estadual
8 - Meta fiscal da receita estabelecida na LDO	8 - Limite da remuneração anual de Vereadores em relação a receita do Município
9 - Meta fiscal da despesa estabelecida na LDO	9 - Aumento de despesa com pessoal em relação ao exercício anterior
10 - Resultado primário estabelecido na LDO	10 - Despesa com serviços de terceiros
11 - Resultado nominal estabelecido na LDO	
12 - Aplicação de 25% da receita de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino	
13 - Aplicação de 60% sobre 25% da receita de impostos no ensino fundamental	
14 - Aplicação de 60 % do retorno do FUNDEF na remuneração dos profissionais no ensino fundamental	
15 - Aplicação de 7% a 15% dos impostos em despesas com saúde	

Quadro 3 - Pontos de Controle da verificação do cumprimento da LRF pelo TCE

Fonte: Adaptado pela autora do site <http://www.tce.gov.sc.br>

Na sequência, descrevem-se algumas características de alguns dos pontos de controle da verificação do cumprimento da LRF pelo TCE.

Remessa das informações ao Tribunal de Contas

Esse item tem respaldo no art. 59 da LRF, o qual estabelece que o Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas da LRF.

Portanto, como fiscalizador das contas públicas, o TCE para o exercício de sua função, necessita que as informações sejam prestadas.

Conforme o art. 5º da resolução No. TCE 16/94 a remessa de informações e demonstrativos contábeis ao Tribunal, pelos responsáveis pelas unidades gestoras, no âmbito do Estado e dos Municípios, será feita por meios informatizado e documental.

A remessa por meio informatizado pode ser feita por meio magnético (disquete) ou por meio de transmissão de dados, observando os prazos para remessa.

Publicidade do RREO e do RGF

Conforme a Emenda Constitucional No. 21, de 10/07/00 que alterou o parágrafo único do art. 111º da CE, os atos municipais que produzem efeitos externos serão publicados obrigatoriamente no órgão oficial do município ou da respectiva associação municipal ou em jornal local da microrregião a que pertencer ou de acordo com sua LO.

Por força do art. 48 da LRF a transparência na gestão fiscal se dará pela ampla divulgação dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos, inclusive por meios eletrônicos de acesso público.

Quer dizer a obrigatoriedade da publicação dos Relatórios de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal deverão ser feitos por meio documental e também por meio eletrônico.

Conforme o art. 12, da IN 002/2001, os Prefeitos devem remeter ao TCE/SC os dados do RREO e RGF respectivamente até trinta e cinco dias após o bimestre e quadrimestre correspondente, concedendo cinco dias a mais de prazo que a lei.

O RREO deve conter o balanço orçamentário e os demonstrativos da execução das receitas e despesas, com as especificações cabíveis conforme o estabelecido no art. 52 da LRF.

Além disso, acompanharão o RREO, demonstrativos relativos a apuração da receita corrente líquida, sua evolução, previsão e desempenho até o final do período; receitas e despesas previdenciárias; resultado nominal e primário; as despesas com juros e detalhamento dos restos a pagar por Poder e órgão, conforme o art. 53 da LRF.

O RGF deverá conter comparativo com os limites da despesa total com pessoal, distinguindo-a com inativos e pensionistas; das dívidas consolidada e mobiliária, da concessão de garantias, das operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassar qualquer dos limites; demonstrativos, do último quadrimestre, da disponibilidade de caixa em trinta e um de dezembro e da inscrição em restos a pagar, segundo o art. 54 da LRF.

Observa-se assim a fundamental importância dos relatórios aqui definidos, visto que com periodicidade bimestral e quadrimestral e conteúdo diverso possibilitam a visualização de uma série de informações capazes de auxiliar o gestor na sua administração e também a sociedade e órgãos fiscalizadores quando de sua avaliação.

O descumprimento dos prazos previstos a publicação sujeita a Prefeitura, até que a situação seja regularizada, a não receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária (§ 2º, art. 51).

Limite da despesa total com o Legislativo (baseado em No. de habitantes)

Um dos pontos relevantes da LRF é a despesa com pessoal. Normalmente se tem uma má impressão dos gastos realizados e outros eventos relacionados à despesa de pessoal na área pública.

Salários considerados exorbitantes para as atribuições do cargo, contratação de pessoas para exercício de função pública sem a participação em concurso público, inchamento desnecessário de quadro de pessoal e contratação de apadrinhados. Com uma legislação mais rígida essas atitudes podem ser coibidas.

A definição, os limites e o controle da despesa com pessoal se encontram regulamentados nos artigos 18 a 23 da LRF.

Especificamente sobre os limites com gastos de pessoal do Poder Legislativo, cabe ao TCE verificá-los conforme regulamenta o inciso VI, do art. 59, da LRF. Tratam das limitações relacionadas à despesa de pessoal do Poder Legislativo os artigos 20, da LRF e os artigos 29 e 29-A da CF/88.

No que tange ao limite da despesa com o Legislativo baseado no número de habitantes, o embasamento legal se encontra no art. 29-A da CF/88, que regulamenta que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar um limite percentual entre 5 a 8%,

que é estipulado de acordo com o número de habitantes do município, relativamente ao somatório da receita tributária e das transferências constitucionais, efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme o art. 29, CF/88.

Para municípios com população entre 300.001 e 500.000 habitantes o limite percentual é de 6%, que é o caso de Florianópolis.

Limite da despesa com folha de pagamento do legislativo (até 70% da receita)

Esse item também remete ao art. 29-A, onde no seu § 1º, estabelece que a Câmara Municipal não poderá gastar mais de 70% de sua receita com a folha de pagamento, incluindo o subsídio dos seus vereadores.

Limite de gastos com a remuneração de vereadores (em relação a Deputado Estadual)

Esse item significa que o gasto com remuneração dos Vereadores da Câmara Municipal não deverá ultrapassar certos limites em relação à remuneração dos Deputados Estaduais, que variam entre 20 a 75% estabelecidos de acordo com a população do Município.

O subsídio dos Vereadores será fixado pela Câmara Municipal em cada legislatura subsequente, segundo o inciso VI, do art. 29 da CF/88 e observando os critérios estabelecidos na Lei Orgânica de cada Município e o limite acima.

Para o Município de Florianópolis o limite fixado está na alínea “e” do referido artigo, o qual dispõe que o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a 60% do subsídio dos Deputados Estaduais (Municípios entre 300.001 a 500.000).

Limite de gastos com a remuneração de vereadores (até 5% da receita do Município)

Esse limite fundamenta-se no inciso VII, art. 29 da CF, que estabelece que o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% da receita do município.

Meta bimestral de arrecadação

Segundo os artigos 8º e 13º da LRF, no prazo de trinta dias após a publicação dos orçamentos as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

A demonstração mensal da execução de desembolso objetiva verificar se as metas estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais serão atingidas, servindo como alerta quando se encontrarem abaixo do previsto, pois podem não atingir as metas de resultado nominal e primário. Infere-se, assim, que o Município atente não só para a instituição dos tributos, mas sua efetiva arrecadação para que consiga atingir as metas previstas.

Conforme enseja o artigo 9º da LRF, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, o Município poderá submeter-se a limitação de empenho e movimentação financeira nos trinta dias subseqüentes.

Metas fiscais, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidos na LDO

Uma das inovações trazidas pela LRF é o Anexo de Metas Fiscais que complementa o já disposto no § 2º, do art. 165 da CF/88, a respeito da LDO.

Conforme § 1º, do art. 4º, da LRF, integrará o projeto de LDO o Anexo de Metas Fiscais, no qual serão estabelecidas metas anuais relativas a receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário, montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, com possibilidade de revisão a cada ano.

O projeto de LDO para o exercício subsequente deve ser encaminhado ao Poder Legislativo para sanção até oito meses e meio antes de encerrar o exercício, portanto até 15 de abril, devendo após ser votado e aprovado ser devolvido para o Poder Executivo até 30 de junho.

No caso da LDO vigente durante o exercício de 2001 dos municípios foi remetida anteriormente à vigência da LRF, isto é até 15 de abril de 2000, não contendo o Anexo de Metas Fiscais.

Reconhecendo o TCE as dificuldades de implementação de emendas e adaptações a serem feitas devido a conteúdo da LRF já na LDO aprovada em 2000 para vigência durante o exercício de 2001, em virtude do exíguo prazo para as adaptações que teriam os Poderes Executivos e Legislativos Municipais.

Também, a ausência até aquele momento de formas definidas em lei para este anexo, dificultaria a rápida implementação dos comandos impostos pela LRF (www.tce.sc.gov.br).

Sendo assim, para o exercício de 2001, o TCE não considerou como obrigatória a informação dos conteúdos constantes dos anexos que integram a LDO, passando a constituir-se obrigatórios somente a partir do exercício de competência de 2002.

Segundo o Guia da Lei de Responsabilidade Fiscal (2001) “o resultado primário é a diferença entre receitas e despesas realizadas no período em referência, excluídos os encargos (principal e juros da dívida) e o resultado nominal é a diferença entre todas as receitas arrecadadas e despesas totais”.

Seguindo as definições da LRF, porém de forma sintética, a dívida pública consolidada ou fundada compreende os compromissos de pagamento em período superior a 12 meses para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamentos de obras públicas.

As operações de crédito referem-se ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo (empréstimo), abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, e outros (art. 29, III da LRF).

Conforme o estabelecido no art. 30 da LRF, após noventa dias de sua publicação, o Presidente da República submeterá ao Senado Federal estabelecer proposta de limites globais e condições para o montante da dívida consolidada e operações de crédito da União, Estados, e Municípios. A proposta de No. 1.069/2000, foi aprovada da seguinte maneira, no que compete aos Municípios:

Itens	Municípios
Dívida Consolidada	1,2 vezes a RCL
Operação de Crédito em cada exercício	16% da RCL

Quadro 4 - Limites das Dívidas sobre a Receita Corrente Líquida
 Fonte: Adaptado do Guia da Lei de Responsabilidade Fiscal (2001, p.75)

Despesa com pessoal

Conforme o art. 18 da LRF, a despesa com pessoal é o somatório dos gastos do Município com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros do Poder, com todos vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades da previdência.

O somatório das despesas com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 60% da receita corrente líquida dos Municípios, dos quais, 54% para gastos com o Poder Executivo e 6% para gastos com o Poder Legislativo, segundo o inciso III do art. 19º da LRF.

A RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos a contribuição dos servidores para a previdência e assistência social e a compensação financeira da contagem recíproca do tempo de contribuição para a aposentadoria na administração pública e na atividade privada, rural e urbana (inciso IV do art. 2º da LRF).

Caso seja verificado que a despesa total com pessoal excedeu 95% do limite estabelecido, ou seja, 51,30% para o Poder Executivo e 5,70% para o Poder Legislativo, fica vedado ao respectivo Poder, o disposto no § único do art. 22 da LRF, dentre os quais a concessão de aumento de remuneração e criação de cargo, emprego ou função.

Caso não ocorra a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá: receber transferências voluntárias, obter garantia, direta ou indireta, de outro

ente, contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal (§ 3º, art. 23, LRF).

Aplicação de 7% a 15% de Impostos com Saúde

Na LRF o art. 24 trata das despesas com a Seguridade Social, estipulando que nenhum benefício ou serviço relativo a mesma poderá ser criado ou majorado sem dotação específica para seu custeio, nos termos da CF/88 (§ 5º art. 195 CF). Também tratam do assunto os art. 194 a 204 da CF.

Por força do § 3º do art. 198 cabe a Lei Complementar definir os limites a serem investidos na Seguridade Social relativamente a receita de impostos e transferências constitucionais. Pela Emenda Constitucional No. 29, de 13/09/2000, até o exercício de 2004 os limite deverá estar entre 7 a 15% da receita dos Municípios.

Conforme dispõe o § 2º do art 24 da LRF a Seguridade Social refere-se ao benefício ou serviço de saúde, previdência e assistência social a disposição da sociedade.

O Relatório Resumido de Verificações à LRF além de servir como instrumento de fiscalização pelo TCE, serve para ser apreciado pelos interessados em verificar como esta sendo realizada a gestão da administração pública e também para os próprios administradores que podem analisar se ao final do exercício irão atingir as metas estabelecidas no plano de governo.

Após a verificação das contas pelo TCE, é enviada aos órgãos uma breve análise dos dados e informações dos períodos verificados como forma de alerta, isto é, se as metas tendem ao cumprimento ou não, se as metas foram atingidas ou não e se remeteram os dados

no prazo, possibilitando que quando necessário se faça ajustes ou correções nos períodos seguintes.

Ao relator responsável pela verificação das contas, cabe determinar que seja procedida audiência ao responsável, Presidente da Câmara ou Prefeito do Município, para que possa alegar sua defesa as observações auferidas pelo Tribunal (art. 29 LC 202/00).

No próximo capítulo segue a análise do cumprimento da LRF no município de Florianópolis nos períodos correspondentes.

Também, os modelos de relatórios atualmente adotados pelo TCE/SC, podem ser visualizados no anexo desta monografia.

3 ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA LRF NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Neste capítulo é abordada a análise do cumprimento da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal no âmbito do município de Florianópolis nos anos de 2001 e 2002 realizadas através dos relatórios emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

3.1 Relatório de verificação da LRF – 2001

Esta seção foi subdividida em duas, a primeira refere-se aos descumprimentos das obrigações bimestrais e a segunda das obrigações quadrimestrais de 2001.

3.1.1 Análise Bimestral

Na sequência, apresentam-se as diversas observações decorrentes da análise do cumprimento da LRF por parte do município de Florianópolis, referente ao Relatório Bimestral.

a) Remessa das Informações ao Tribunal de Contas

No 4º Bimestre de 2001 o Poder Executivo de Florianópolis não remeteu as informações necessárias à fiscalização e controle do TCE.

Por força do artigo 59 da LRF, a gestão fiscal cabe ao Poder Legislativo, diretamente ou com auxílio dos Tribunais de Contas. Sem a remessa das informações esse item fica prejudicado, obstruindo a verificação pelo TCE do cumprimento à lei.

b) Publicidade – Relatório Resumido de Execução Orçamentária

No 3º bimestre de 2001, o Poder Executivo publicou as informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária fora do prazo estabelecido no artigo 52. Isto é, até trinta dias após o encerramento do bimestre.

Apesar de terem sido remetidas as informações ao TCE para fiscalização no prazo, o RREO só foi publicado em 15/08/2001, no Diário Oficial do Estado, descumprindo o prazo previsto que seria até dia 30/07/01.

No 4º bimestre, como visto no item imediatamente anterior, o relatório não está disponível na internet devido à não-remessa dos dados e informações.

c) Limite da Despesa Total com o Legislativo com base em No. de Habitantes

No 6º bimestre de 2001 o Poder Legislativo ultrapassou o limite da despesa total do Legislativo com base no número de habitantes.

Conforme citado anteriormente o limite percentual a ser observado para esse item é de 6% (para municípios com população entre 300.001 a 500.000 habitantes), relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

Ao se compararem os dois relatórios, bimestral e quadrimestral, há incoerência nos dados referente à população de Florianópolis. No relatório do 3º Quadrimestre, 5º e 6º Bimestre de 2001 o número é de 285.281 habitantes, enquanto que, no 1º Bimestre do mesmo ano é de 331.784 habitantes.

Considerando a população como sendo de 285.281 habitantes, o limite constitucional para esse item seria de 7%, extrapolando apenas 0,06%, porém ao considerar a população de

331.784,00 o limite seria de 6%, extrapolando em 1,06%. Independentemente do número de habitantes utilizado para determinar o limite, observa-se o descumprimento do art. 29-A da CF/88.

d) Limite da Despesa com Folha de Pagamento do Legislativo

O limite máximo da despesa com folha de pagamento é 70% da receita da Câmara do Município. No 6º bimestre de 2001 o Poder Legislativo de Florianópolis descumpriu tal restrição.

De acordo com TCE/SC, baseado nos dados informados pelo próprio município a receita total do Poder Legislativo até o período foi de R\$ 8.147.335,52 e o total da despesa com folha de pagamento foi de R\$ 8.399.886,81, o que equivale a 103,10%, ultrapassando dessa forma o limite permitido em 33,10%.

Tabela 1 - Despesa Poder Legislativo até 6º Bim. de 2001

Receita do Poder Legislativo R\$	Despesa com Folha Pagto R\$	%
8.147.335,52	8.399.886,81	103,10

Fonte: Relatório do TCE/SC – município de Florianópolis

Verifica-se pelo anexo referente aos 1º, 3º e 4º bimestres que o TCE vinha alertando o Município do possível descumprimento, onde constam respectivamente, 75,94%, 94,41% e 92,32%.

Conforme inciso I, do § 2º, do artigo 29-A, da CF/88 constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal efetuar repasse que supere os limites definidos nesse artigo.

Cabe fazer uma ressalva, no relatório onde constam as conclusões do TCE sobre o período tem-se 103,10% e, no relatório em anexo do período em referência tem-se 73,64%.

Percebe-se assim, uma diferença de 29,46 pontos percentuais em relatórios dos mesmos: período, órgão e item, pelo mesmo TCE.

e) Limite de Gastos com a remuneração de Vereadores

No 4º Bimestre de 2001 não pode ser verificado o limite de gastos com a remuneração de Vereadores pois não foram remetidas as informações necessárias para avaliá-lo e o relatório com os dados não está disponível na internet.

f) Meta Bimestral de Arrecadação

O município de Florianópolis, no 3º Bimestre de 2001 não atingiu a meta bimestral de arrecadação, como se observa no quadro abaixo:

Tabela 2 - Metas bimestrais de arrecadação até 3º Bim. de 2001

Componentes	Prevista	Arrecadada	Apurada
Receitas Correntes	155.980.565,00	133.991.440,00	-21.989.125
Receitas de Capital	29.201.260,50	11.661.482,00	-17.539.778,50
Receita Total	185.181.825,50	145.652.922,00	-39.528.903,50

Fonte: Relatório do TCE/SC – município de Florianópolis

A

meta bimestral prevista era de R\$ 185.181.825,50, mas foi arrecadada apenas R\$ 145.652.922,00, que corresponde a 78,65% do valor previsto, situando-se bem abaixo da meta.

g) Meta Fiscal da Receita estabelecida na LDO

No 6º Bimestre de 2001 o município de Florianópolis não atingiu a meta fiscal da receita estabelecida no Anexo de Metas Fiscais. Cabe observar que aqui não serão abordados os valores, visto que os mesmos não constam no relatório do TCE, sendo simplesmente informado o não-atingimento.

h) Resultado Nominal estabelecido na LDO

Conforme é observado nos anexos constantes desta monografia – Relatório Resumido da Verificação da LRF (TCE/SC), em nenhum período o município de Florianópolis informou a meta de resultado nominal estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da LDO em 2001.

3.1.2 Análise Quadrimestral

Na sequência, apresentam-se observações da análise do relatório referente às obrigações quadrimestrais do ano 2001.

a) Remessa das Informações

As informações referentes ao 2º Quadrimestre de 2001 não foram remetidas pelo Poder Executivo, prejudicando a fiscalização do TCE para o período.

b) Meta Fiscal da Dívida Pública

Em nenhum dos quadrimestres de 2001 do município de Florianópolis informou os valores da meta fiscal da dívida pública conforme prevê a LRF, como um dos componentes do Anexo de Metas Fiscais da LDO, dificultando a fiscalização por parte do TCE naquele período.

3.2 Relatório de verificação da LRF – 2002

Esta seção foi subdividida em duas, a primeira refere-se aos descumprimentos as obrigações bimestrais e a segunda as obrigações quadrimestrais de 2002.

3.2.1 Análise Bimestral

Na sequência, apresentam-se as diversas observações decorrentes da análise do cumprimento da LRF por parte do Município de Florianópolis, referente ao bimestre.

a) Remessa das informações ao Tribunal de Contas

No 4º Bimestre de 2002 o Poder Executivo de Florianópolis remeteu as informações necessárias à fiscalização e controle do TCE fora do prazo.

Conforme o artigo 12 da Instrução Normativa No. 002/2001 do TCE/SC, o prazo para a remessa de informações é de 35 dias após o encerramento do bimestre, sendo o limite, neste caso, até o dia 05/10/2002, tendo em vista que as informações do RREO foram remetidas em 07/10/2002, o atraso é de dois dias. Vale ressaltar que por ser a data de prazo o dia de sábado, provavelmente a data limite estenda-se até o seguinte dia útil.

b) Meta Fiscal da Receita

A meta fiscal da receita prevista na LDO até o 6º bimestre de 2002 não foi atingida. Conforme tabela a seguir, verifica-se que o valor da receita realizada foi de R\$ 288.508.100,45 e o montante da receita prevista era de R\$ 388.147.928,00, o que representa uma diferença de R\$ 99.639.827,55.

Tabela 3 - Meta Fiscal da Receita até 6º Bim. de 2002		
Receita prevista R\$	Receita realizada R\$	Diferença R\$
388.147.928,00	288.508.100,45	-99.639.827,55
Fonte: Relatório do TCE/SC – município de Florianópolis		

Nesse caso, o realizado equivale a 74,33% da receita prevista inicialmente.

c) Resultado Nominal

O Resultado Nominal é a diferença entre todas as receitas arrecadadas e as despesas totais do exercício.

Tabela 4 - Meta Fiscal de Resultado Nominal até 6º Bim. de 2002		
prevista na LDO R\$	realizada até o bimestre	diferença
-8.696.328,00	35.243.105,08	43.939.433,08
Fonte: Relatório do TCE/SC - município de Florianópolis		

Conforme o Relatório de Verificação do TCE/SC, o município não alcançou a meta fiscal de resultado nominal prevista até o sexto bimestre.

d) Aplicação de 7% a 15% dos impostos com saúde

No 6º bimestre o Município não cumpriu o mínimo estabelecido pela CF/88, nos art. 198 e 77, ADCT da CF.

Tabela 5 - Gastos com saúde/impostos e de transferências constitucionais 6º Bim. de 2002

Receita de impostos e de transferências constitucionais	Aplicação mínima – 10,87% R\$	Montante aplicado R\$	%	Diferença entre os gastos e os limites R\$	%
184.354.285,67	20.040.487,13	14.947.350,44	8,11	5.093.136,69 – a menor	2,8

Fonte: Relatório do TCE/SC – município de Florianópolis

mínimo que o Município deveria aplicar em investimentos em saúde seria de R\$ 20.040.487,13, porém só foram aplicados R\$ 14.947.350,44 o que equivale a 74% do valor mínimo a ser aplicado no período, ou seja, uma diferença negativa de R\$ 5.093.136,69.

3.2.2 Análise Quadrimestral

Na sequência, apresentam-se observações da análise do relatório referente às obrigações quadrimestrais do ano 2002.

a) Remessa das Informações

No 2º Quadrimestre de 2002 o Poder Executivo de Florianópolis remeteu as informações necessárias à fiscalização e controle do TCE fora do prazo.

Conforme o artigo 12 da Instrução Normativa No. 002/2001 do TCE/SC, o prazo para a remessa de informações é de 35 dias após o encerramento do quadrimestre, portanto até o dia 05/10/2002, tendo em vista que as informações do RREO foram remetidas em 07/10/2002, o atraso foi de dois dias. Vale ressaltar que por ser a data de prazo o dia de sábado, provavelmente a data limite estenda-se até o seguinte dia útil.

b) Meta Fiscal da Dívida Pública

No 3º quadrimestre a meta fiscal da dívida pública estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da LDO foi de R\$ 9.483.390,02 e o montante da dívida consolidada foi de R\$ 270.049.037,18, portanto uma diferença considerável de R\$ 260.565.647,16. A meta estipulada na LDO, dessa forma não foi atingida e representa apenas 3,5% do montante real da dívida para o período.

Tabela 6 - Dívida Consolidada Líquida X Receita Corrente Líquida até 3º Quad. 2002

RCL do município no exercício R\$	Limite da dívida consolidada líquida – 1,2X a RCL R\$	Montante da dívida consolidada líquida no exercício R\$	Dívida consolidada líquida em relação à RCL %
244.354.213,12	293.225.055,74	270.049.037,18	110,52

Relatório do TCE/SC – município de Florianópolis

Apesar do não atingimento da meta estabelecida na LDO, o montante da dívida não ultrapassou o limite de 1,2X a receita corrente líquida que seria de até R\$ 293.225.055,74, representando 1,10X a RCL.

c) Gastos com a folha de pagamento até 70% da receita

No 3º quadrimestre de 2002 observa-se que o Poder Legislativo de Florianópolis descumpru o limite de 70%, pois em relação a receita da Câmara foram gastos 71,32% com a folha de pagamento, extrapolando 1,32% do permitido, como pode ser observado:

Tabela 7 - Despesa Poder Legislativo até 3º Quad. de 2002

Receita do Poder Legislativo R\$	Despesa com Folha Pagamento R\$	%
11.546.428,78	8.234.704,52	71,32%

Fonte: Relatório do TCE/SC – município de Florianópolis

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado procurou apresentar o funcionamento da fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina especificamente no que se refere ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal com enfoque à Administração Pública Municipal.

Com a publicação da LRF, normas de finanças públicas foram instituídas para uma gestão mais responsável. Com adjetivos de maior severidade a lei impõe um maior cuidado no trato dos bens e valores públicos, apostando no equilíbrio entre as receitas e as despesas e redução de déficits orçamentários e financeiros devido ao teor de suas exigências.

Este estudo verificou o cumprimento da LRF no âmbito do município de Florianópolis referente aos exercícios de 2001 e 2002, sob a ótica do TCE/SC.

Para o alcance do objetivo geral, foi necessário cumprir alguns objetivos específicos tais como a apresentação do funcionamento e a rotina dos procedimentos de fiscalização por parte do TCE/SC, no que se refere ao cumprimento da LRF, e a descrição e especificação do Sistema LRF-Net, utilizado para tal fim.

Na sequência foram analisados os dados coletados a partir dos Relatórios de Verificação TCE-LRF, de periodicidade bimestral e quadrimestral dos anos 2001 e 2002, respectivamente, disponibilizados através do Sistema LRF-Net referente ao município de Florianópolis.

Nessa análise observaram-se os itens que estavam em desacordo com a legislação pertinente configurando-se em descumprimento de limites e/ou não-atingimento de metas, conforme preceituado na LRF.

Um dos descumprimentos importantes do exercício de 2001 refere-se à não-remessa de dados e informações pelo Poder Executivo ao Tribunal de Contas referente ao 4º bimestre, o que prejudica a fiscalização. E, também a publicidade do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, o qual foi publicado tardiamente pelo Poder Executivo.

Quanto ao Município, julga-se importante observar que em nenhum período de 2001 foram informados os valores do Resultado Nominal que devem constar no RREO.

No 2º quadrimestre de 2001 o Poder Executivo descumpriu a LRF, tendo em vista que não remeteu as informações necessárias para a fiscalização. Isto pode ser motivado pela flexibilidade do órgão fiscalizador no cumprimento de tal exigência.

Ao contrário do que ocorreu em algumas ocasiões de 2001, no tocante à exigência da remessa e publicação, exigida pela LRF, no exercício de 2002, todas as informações foram remetidas.

Os descumprimentos mais importantes observados no exercício de 2002 referem-se ao não-atingimento das metas da LDO do Município e ao não cumprimento da aplicação do percentual mínimo em despesas com a saúde.

Durante o estudo realizado algumas incompatibilidades de forma ou de conteúdo foram encontradas como exposto no capítulo 3 deste trabalho. Essas incompatibilidades foram chamadas de dúvidas ou incoerências, acreditando-se que tenham sido ocasionadas devido ao aperfeiçoamento do sistema utilizado pelo TCE-LRF, visto que o mesmo passou a ser utilizado praticamente ao mesmo tempo em que a LRF entrou em vigor.

Ressalta-se, principalmente, a intenção preventiva da LRF e sua função educativa, já que a fiscalização das contas dos municípios e outros órgãos públicos, permite avaliar periodicamente o desempenho da gestão e identificar focos de potenciais irregularidades.

Da importância do resultado desta pesquisa, pode se destacar a apresentação, na prática, da verificação das exigências constantes na legislação vigente que regulamenta a administração pública, visando a transparência na utilização dos recursos do Estado por parte dos gestores e, a aplicabilidade dos princípios de eficiência, eficácia e economicidade na gestão pública.

Este mesmo estudo é aplicável a outros entes e/ou órgãos públicos fiscalizados pelo Tribunal de Contas, analisando, da mesma forma o cumprimento da LRF.

Outro tipo de pesquisa a ser aprofundada refere-se as limitações encontradas, isto é, até que ponto as informações prestadas pelos Municípios são fidedignas. Não é de se descartar as possíveis falhas no processo de preenchimento por parte dos responsáveis da remessa dos dados por meio eletrônico.

Outros trabalhos acerca do assunto em questão podem ser realizados para a ampliação do conhecimento da aplicação da LRF. Sugere-se, por exemplo, a verificação da aplicação das multas e penalidades àqueles que não cumpriram as exigências da lei, bem como, fazer o cruzamento dos dados do Município fiscalizado e os do TCE, assim como averiguar os possíveis motivos do descumprimento, e seu impacto na sociedade, entre outros.

Neste contexto, o contador é o agente-chave do processo de elaboração e prestação de contas públicas, bem como da fiscalização e controle para o saneamento da administração dos recursos do Estado, contribuindo assim, com o fortalecimento e consolidação das instituições democráticas, em benefício de toda a sociedade Brasileira.

REFERÊNCIAS

ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Assembléia Constituinte, 1988.

_____. Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a Organização da Administração Federal, Estabelece Diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras Providências**. Brasília: Senado Federal, 1967.

_____. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional, 2000.

_____. Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui Normas de Direito Financeiro para elaboração e controle dos balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Brasília: Senado Federal, 1964.

_____. Lei n. 8.429, de 02 de junho de 1992. **Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional, 1992.

_____. Lei n. 10.028, de 19 de outubro de 2000 - Lei de Crimes Fiscais. **Altera o Decreto-Lei No. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei No. 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei No. 201, de 27 de fevereiro de 1967**. Brasília: Congresso Nacional, 2000.

CRUZ, Flavio da. et al. **Contabilidade e movimentação patrimonial do setor público**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 1988.

_____. **Lei de responsabilidade fiscal**: lei complementar n. 101, 4 de maio de 2000. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DEODATO, Alberto. **Manual de ciência das finanças**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GALLIANO, Guilherme A. **O método científico**: teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Dicionário de termos de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____.; et al. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 4. ed. atual. rev. São Paulo: Atlas, 1994.

KHAIR, Almir Antônio. **As Transgressões à Lei de Responsabilidade Fiscal e Correspondentes Punições Fiscais e Penais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

KOHAMA, Helio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

LONGARAY, André Andrade; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: LONGARAY, André Andrade et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: LONGARAY et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

ROSA, Alexandre; GHIZZO Neto, Affonso. **Improbidade Administrativa e Lei de Responsabilidade Fiscal, conexões necessárias**. Florianópolis: Habitus, 2001.

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina**, promulgada em 05 de outubro de 1989. Florianópolis: Assembléia Legislativa, 1989.

_____. Lei Complementar n. 202, de 15 de dezembro de 2000. **Institui a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e adota outras providências**. Florianópolis: Assembléia Legislativa, 2000.

_____. TCE. **Controle Público e cidadania**. Florianópolis: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2001

_____. TCE. Instrução Normativa No. 002/2001. **Disciplina a elaboração, guarda e remessa, ao Tribunal de Contas do Estado, de dados e informações com vistas ao controle da gestão fiscal instituído pela Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000**. Florianópolis: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2001

_____. TCE. **Guia: Lei de Responsabilidade Fiscal: lei complementar n.º 101/2000**. Florianópolis: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2001.

_____. TCE. **Revista do TCE - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**. Vol. 1, No. 1 (fev 2003) – Florianópolis: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2003.

SILVA, Daniel Salgueiro da. **LRF fácil: guia contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal - para aplicação nos municípios**. 4. ed. rev. atual. Brasília : Conselho Federal de Contabilidade, 2001.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ANEXOS

RELATÓRIO RESUMIDO DAS VERIFICAÇÕES RELATIVAS À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - 1º BIMESTRE DE 2001

MUNICÍPIO	<u>Publicidade - Relatório Resumido de Execução Orçamentária</u>	<u>Limite da Despesa Total com o Legislativo com base no Número de Habitantes</u>	<u>Limite da Despesa com Folha de Pagamento do Legislativo - até 70% da Receita</u>	<u>Limite de Gastos com a Remuneração de Vereadores - Atendimento ao art. 29, VI CF em relação à Remuneração de Deputado Estadual</u>	<u>Limite de Gastos com a Remuneração de Vereadores - Atendimento ao art. 29, VII CF até 5% da Receita do Município</u>	<u>Meta Bimestral de Arrecadação</u>	<u>Meta Fiscal da Receita estabelecida na LDO</u>	<u>Meta Fiscal da Despesa estabelecida na LDO</u>	<u>Resultado Primário estabelecido na LDO</u>	<u>Resultado Nominal estabelecido na LDO</u>
PODER										

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Executivo	Publicou no prazo	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Legislativo	Não aplicável	6,75 % -Tende ao descumprimento	75,94 % -Tende ao descumprimento	50,91 % -Cumpriu	0,47 % -Tende ao cumprimento	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Município	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Atingida	Tende ao não atingimento	Tende ao atingimento	Tende ao atingimento	Item não informado

RELATÓRIO RESUMIDO DAS VERIFICAÇÕES RELATIVAS À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - 2º BIMESTRE DE 2001

MUNICÍPIO	<u>Publicidade - Relatório Resumido de Execução Orçamentária</u>	<u>Limite da Despesa Total com o Legislativo com base no Número de Habitantes</u>	<u>Limite da Despesa com Folha de Pagamento do Legislativo - até 70% da Receita</u>	<u>Limite de Gastos com a Remuneração de Vereadores - Atendimento ao art. 29, VI CF em relação à Remuneração de Deputado Estadual</u>	<u>Limite de Gastos com a Remuneração de Vereadores - Atendimento ao art. 29, VII CF até 5% da Receita do Município</u>	<u>Meta Bimestral de Arrecadação</u>	<u>Meta Fiscal da Receita estabelecida na LDO</u>	<u>Meta Fiscal da Despesa estabelecida na LDO</u>	<u>Resultado Primário estabelecido na LDO</u>	<u>Resultado Nominal estabelecido na LDO</u>
PODER										

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Executivo	Publicou no prazo	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Legislativo	Não aplicável	6,74 % -Tende ao descumprimento	66,03 % -Tende ao cumprimento	50,91 % -Cumpriu	0,41 % -Tende ao cumprimento	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Município	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Atingida	Tende ao não atingimento	Tende ao atingimento	Tende ao atingimento	Item não informado

RELATÓRIO RESUMIDO DAS VERIFICAÇÕES RELATIVAS À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - 3º BIMESTRE DE 2001

MUNICÍPIO	<u>Remessa das</u> <u>Informações ao</u> <u>Tribunal de Contas</u>	<u>Publicidade -</u> <u>Relatório</u> <u>Resumido de</u> <u>Execução</u> <u>Orçamentária</u>	<u>Limite da Despesa</u> <u>Total com o</u> <u>Legislativo com</u> <u>base no Número de</u> <u>Habitantes</u>	<u>Limite da Despesa</u> <u>com Folha de</u> <u>Pagamento do</u> <u>Legislativo - até</u> <u>70% da Receita</u>	<u>Limite de Gastos</u> <u>com a</u> <u>Remuneração de</u> <u>Vereadores -</u> <u>Atendimento ao</u> <u>art. 29, VI CF em</u> <u>relação à</u> <u>Remuneração de</u> <u>Deputado Estadual</u>	<u>Limite de Gastos</u> <u>com a</u> <u>Remuneração de</u> <u>Vereadores -</u> <u>Atendimento ao</u> <u>art. 29, VII CF até</u> <u>5% da Receita do</u> <u>Município</u>	<u>Meta Bimestral de</u> <u>Arrecadação</u>	<u>Meta Fiscal da</u> <u>Receita</u> <u>estabelecida na</u> <u>LDO</u>	<u>Meta Fiscal da</u> <u>Despesa</u> <u>estabelecida na</u> <u>LDO</u>	<u>Resultado Primário</u> <u>estabelecido na</u> <u>LDO</u>	<u>Resultado Nominal</u> <u>estabelecido na</u> <u>LDO</u>
PODER											

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Executivo	Remeteu no prazo	Publicou fora do prazo	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Legislativo	Remeteu no prazo	Não aplicável	6,23 % -Tende ao cumprimento	94,41 % -Tende ao descumprimento	Maio: 50,00% Cumpriu, Junho: 50,00% Cumpriu	0,46 % -Tende ao cumprimento	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Município	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não atingida	Tende ao não atingimento	Tende ao atingimento	Tende ao atingimento	Item não informado

RELATÓRIO RESUMIDO DAS VERIFICAÇÕES RELATIVAS À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - 4º BIMESTRE DE 2001

MUNICÍPIO	<u>Remessa das</u> <u>Informações ao</u> <u>Tribunal de Contas</u>	<u>Publicidade -</u> <u>Relatório</u> <u>Resumido de</u> <u>Execução</u> <u>Orçamentária</u>	<u>Limite da Despesa</u> <u>Total com o</u> <u>Legislativo com</u> <u>base no Número de</u> <u>Habitantes</u>	<u>Limite da Despesa</u> <u>com Folha de</u> <u>Pagamento do</u> <u>Legislativo - até</u> <u>70% da Receita</u>	<u>Limite de Gastos</u> <u>com a</u> <u>Remuneração de</u> <u>Vereadores -</u> <u>Atendimento ao</u> <u>art. 29, VI CF em</u> <u>relação à</u> <u>Remuneração de</u> <u>Deputado Estadual</u>	<u>Limite de Gastos</u> <u>com a</u> <u>Remuneração de</u> <u>Vereadores -</u> <u>Atendimento ao</u> <u>art. 29, VII CF até</u> <u>5% da Receita do</u> <u>Município</u>	<u>Meta Bimestral de</u> <u>Arrecadação</u>	<u>Meta Fiscal da</u> <u>Receita</u> <u>estabelecida na</u> <u>LDO</u>	<u>Meta Fiscal da</u> <u>Despesa</u> <u>estabelecida na</u> <u>LDO</u>	<u>Resultado Primário</u> <u>estabelecido na</u> <u>LDO</u>	<u>Resultado Nominal</u> <u>estabelecido na</u> <u>LDO</u>
PODER											

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Executivo	Não remeteu	Informações LRF não remetidas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Legislativo	Remeteu no prazo	Não aplicável	6,31 % -Tende ao descumprimento	92,32 % -Tende ao descumprimento	Julho: 50,00% Cumpriu Agosto: 50,00% Cumpriu	Item não informado	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Município	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Informações LRF não remetidas	Informações LRF não remetidas	Informações LRF não remetidas	Informações LRF não remetidas	Informações LRF não remetidas

RELATÓRIO RESUMIDO DAS VERIFICAÇÕES RELATIVAS À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - 5º BIMESTRE DE 2001

MUNICÍPIO	Remessa das Informações ao Tribunal de Contas	Publicidade - Relatório Resumido de Execução Orçamentária	Limite da Despesa Total com o Legislativo com base no Número de Habitantes	Limite da Despesa com Folha de Pagamento do Legislativo - até 70% da Receita	Limite de Gastos com a Remuneração de Vereadores - Atendimento ao art. 29, VI CF em relação à Remuneração de Deputado Estadual	Limite de Gastos com a Remuneração de Vereadores - Atendimento ao art. 29, VII CF até 5% da Receita do Município	Meta Bimestral de Arrecadação	Meta Fiscal da Receita estabelecida na LDO	Meta Fiscal da Despesa estabelecida na LDO	Resultado Primário estabelecido na LDO	Resultado Nominal estabelecido na LDO
PODER											

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Executivo	Remeteu no prazo	Publicou no prazo	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Legislativo	Remeteu no prazo	Não aplicável	6,35 % -Tende ao cumprimento	63,54 % -Tende ao cumprimento	Setembro: 50,00% Cumpriu Outubro: 50,00% Cumpriu	0,44 % -Tende ao cumprimento	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Município	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Atingida	Tende ao não atingimento	Tende ao atingimento	Tende ao atingimento	Item não informado

RELATÓRIO RESUMIDO DAS VERIFICAÇÕES RELATIVAS À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - 6º BIMESTRE DE 2001

MUNICÍPIO	Remessa das Informações ao Tribunal de Contas	<u>Publicidade - Relatório Resumido de Execução Orçamentária</u>	<u>Limite da Despesa Total com o Legislativo com base no Número de Habitantes</u>	<u>Limite da Despesa com Folha de Pagamento do Legislativo - até 70% da Receita</u>	<u>Limite de Gastos com a Remuneração de Vereadores - Atendimento ao art. 29, VI CF em relação à Remuneração de Deputado Estadual</u>	<u>Limite de Gastos com a Remuneração de Vereadores - Atendimento ao art. 29, VII CF até 5% da Receita do Município</u>	<u>Meta Bimestral de Arrecadação</u>	<u>Meta Fiscal da Receita estabelecida na LDO</u>	<u>Meta Fiscal da Despesa estabelecida na LDO</u>	<u>Resultado Primário estabelecido na LDO</u>	<u>Resultado Nominal estabelecido na LDO</u>
PODER											

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Executivo	Remeteu no prazo	Publicou no prazo	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Legislativo	Remeteu no prazo	Não aplicável	7,06 % - Descumpriu	73,64 % - Descumpriu	Novembro: 48,64% Cumpriu Dezembro: 48,64% Cumpriu	0,42 % -Cumpriu	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Município	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Atingida	Não atingida	Atingida	Atingida	Item não informado

RELATÓRIO RESUMIDO DAS VERIFICAÇÕES RELATIVAS À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 1º QUADRIMESTRE DE 2001

MUNICÍPIO	<u>Publicidade - Relatório de Gestão Fiscal - Atendimento ao art. 55 § 2º LRF</u>	<u>Despesa com Pessoal - Atendimento aos arts. 19, III; 20, III, "A" e "B" LRF</u>	<u>Límite da Dívida Pública até 170% da Receita Líquida Real (art. 6º, III, da Res. 78/98 Senado)</u>	<u>Meta Fiscal da Dívida Pública estabelecida LDO</u>
PODER				

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Executivo	Publicou no prazo	44,30 % -Cumpriu	Não aplicável	Não aplicável
Legislativo	Publicou no prazo	3,84 % -Cumpriu	Não aplicável	Não aplicável
Município	Não aplicável	48,14 % -Cumpriu	22,77 % -Cumpriu	Item não informado

RELATÓRIO RESUMIDO DAS VERIFICAÇÕES RELATIVAS À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 2º QUADRIMESTRE DE 2001

MUNICÍPIO	<u>Remessa das Informações ao Tribunal de Contas</u>	<u>Publicidade - Relatório de Gestão Fiscal - Atendimento ao art. 55 § 2º LRF</u>	<u>Despesa com Pessoal - Atendimento aos arts. 19, III; 20, III, "A" e "B" LRF</u>	<u>Limite da Dívida Pública até 170% da Receita Líquida Real (art. 6º, III, da Res. 78/98 Senado)</u>	<u>Meta Fiscal da Dívida Pública estabelecida LDO</u>
PODER					

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Executivo	Não remeteu	Informações LRF não remetidas	Informações LRF não remetidas	Não aplicável	Não aplicável
Legislativo	Remeteu no prazo	Publicou no prazo	Informações LRF não remetidas pelo Executivo	Não aplicável	Não aplicável
Município	Não aplicável	Não aplicável	Informações LRF não remetidas	Informações LRF não remetidas	Informações LRF não remetidas

RELATÓRIO RESUMIDO DAS VERIFICAÇÕES RELATIVAS À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - 3º QUADRIMESTRE DE 2001

MUNICÍPIO	<u>Remessa das Informações ao Tribunal de Contas</u>	<u>Publicidade - Relatório de Gestão Fiscal - Atendimento ao art. 55 § 2º LRF</u>	<u>Despesa com Pessoal - Atendimento aos arts. 19, III; 20, III, "A" e "B" LRF</u>	<u>Limite da Dívida Pública até 170% da Receita Líquida Real (art. 6º, III, da Res. 78/98 Senado)</u>	<u>Meta Fiscal da Dívida Pública estabelecida LDO</u>
PODER					

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Executivo	Remeteu no prazo	Publicou no prazo	49,77 % -Cumpriu	Não aplicável	Não aplicável
Legislativo	Remeteu no prazo	Publicou no prazo	4,09 % -Cumpriu	Não aplicável	Não aplicável
Município	Não aplicável	Não aplicável	53,86 % -Cumpriu	20,97 % -Cumpriu	Não aplicável

RELATÓRIO RESUMIDO DAS VERIFICAÇÕES RELATIVAS À LRF - 2º BIMESTRE DE 2002

Poder/Ente	<u>Remessa das Informações ao Tribunal de Contas - Instr. Norm. 01/2001</u>	<u>Publicidade - Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Atendimento ao Art. 52 Caput LRF</u>	<u>Meta Bimestral de Arrecadação - Art. 13 LRF</u>	<u>Meta Fiscal da Receita estabelecida na LDO - Art. 4 §1º LRF</u>	<u>Meta Fiscal da Despesa estabelecida na LDO - Art. 4 §1º LRF</u>	<u>Resultado Primário estabelecido na LDO - Art. 4 §1º e Art. 9º LRF</u>	<u>Resultado Nominal estabelecido na LDO - Art. 4 §1º e Art. 9º LRF</u>
-------------------	---	---	--	--	--	--	---

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Executivo	Remeteu no prazo	Publicou no prazo	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Município	Não aplicável	Não aplicável	Meta: 71.483.036,00 / Real.: 100.902.544,74 -Atingida	Meta: 129.382.642,67 Real.: 100.902.544,74 Tende ao não atingimento	Meta: 129.382.642,67 Real.: 68.717.097,63 Tende ao atingimento	Meta:-7.310.821,33 Real.: 34.983.806,37 Tende ao atingimento	Meta: 2.898.776,00 Real.: 32.610.750,40 Tende ao atingimento

RELATÓRIO RESUMIDO DAS VERIFICAÇÕES RELATIVAS À LRF - 3º BIMESTRE DE 2002

Poder/Ente	<u>Remessa das</u> <u>Informações ao</u> <u>Tribunal de Contas</u> <u>Instr. Norm.</u> <u>01/2001</u>	<u>Publicidade -</u> <u>Relatório Resumido</u> <u>de Execução</u> <u>Orçamentária -</u> <u>Atendimento ao</u> <u>Art. 52 Caput LRF</u>	<u>Meta Bimestral de</u> <u>Arrecadação - Art.</u> <u>13 LRF</u>	<u>Meta Fiscal da</u> <u>Receita</u> <u>estabelecida na</u> <u>LDO - Art. 4 §1º</u> <u>LRF</u>	<u>Meta Fiscal da</u> <u>Despesa</u> <u>estabelecida na</u> <u>LDO - Art. 4 §1º</u> <u>LRF</u>	<u>Resultado Primário</u> <u>estabelecido na</u> <u>LDO - Art. 4 §1º e</u> <u>Art. 9º LRF</u>	<u>Resultado Nominal</u> <u>estabelecido na</u> <u>LDO - Art. 4 §1º e</u> <u>Art. 9º LRF</u>	<u>Aplicação de 25%</u> <u>da Receita de</u> <u>Impostos na</u> <u>Manutenção e</u> <u>Desenvolvimento</u> <u>do Ensino (art. 212</u> <u>CF)</u>	<u>Aplicação de 60%</u> <u>sobre 25% da</u> <u>Receita de</u> <u>Impostos no Ensino</u> <u>Fundamental - CF -</u> <u>ADCT, artigo 60</u>	<u>Aplicação de 60%</u> <u>do Retorno do</u> <u>FUNDEF na</u> <u>Remuneração dos</u> <u>Profissionais do</u> <u>Ensino</u> <u>Fundamental - CF</u> <u>Art. 60, § 5º</u>	<u>Aplicação de 7% a</u> <u>15% dos Impostos</u> <u>em Despesas com</u> <u>Saúde - CF -</u> <u>ADCT, art. 77, III</u>
-------------------	---	---	--	--	--	--	---	--	---	--	---

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Executivo	Remeteu no prazo	Publicou no prazo	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Município	Não aplicável	Não aplicável	Meta: 199.887.772,10 / Real.: 137.898.036,26 - Não atingida	Meta: 194.073.964,00 Real.: 137.898.036,26 Tende ao não atingimento	Meta: 194.073.964,00 Real.: 139.008.771,45 Tende ao atingimento	Meta: -10.966.232,00 Real.: 30.307.977,87 Tende ao atingimento	Meta: -4.348.164,00 Real.: -23.886.568,71 Tende ao não atingimento	15,24 % -Tende ao não cumprimento	21,89 % -Tende ao não cumprimento	143,18 % -Tende ao cumprimento	9,06 % -Tende ao não cumprimento

RELATÓRIO RESUMIDO DAS VERIFICAÇÕES RELATIVAS À LRF - 4º BIMESTRE DE 2002

Poder/Ente	<u>Remessa das</u> <u>Informações ao</u> <u>Tribunal de Contas</u> <u>Instr. Norm.</u> <u>01/2001</u>	<u>Publicidade -</u> <u>Relatório Resumido</u> <u>de Execução</u> <u>Orçamentária -</u> <u>Atendimento ao</u> <u>Art. 52 Caput LRF</u>	<u>Meta Bimestral de</u> <u>Arrecadação - Art.</u> <u>13 LRF</u>	<u>Meta Fiscal da</u> <u>Receita</u> <u>estabelecida na</u> <u>LDO - Art. 4 §1º</u> <u>LRF</u>	<u>Meta Fiscal da</u> <u>Despesa</u> <u>estabelecida na</u> <u>LDO - Art. 4 §1º</u> <u>LRF</u>	<u>Resultado Primário</u> <u>estabelecido na</u> <u>LDO - Art. 4 §1º e</u> <u>Art. 9º LRF</u>	<u>Resultado Nominal</u> <u>estabelecido na</u> <u>LDO - Art. 4 §1º e</u> <u>Art. 9º LRF</u>	<u>Aplicação de 25%</u> <u>da Receita de</u> <u>Impostos na</u> <u>Manutenção e</u> <u>Desenvolvimento</u> <u>do Ensino (art. 212</u> <u>CF)</u>	<u>Aplicação de 60%</u> <u>sobre 25% da</u> <u>Receita de</u> <u>Impostos no Ensino</u> <u>Fundamental - CF -</u> <u>ADCT, artigo 60</u>	<u>Aplicação de 60%</u> <u>do Retorno do</u> <u>FUNDEF na</u> <u>Remuneração dos</u> <u>Profissionais do</u> <u>Ensino</u> <u>Fundamental - CF</u> <u>Art. 60, § 5º</u>	<u>Aplicação de 7% a</u> <u>15% dos Impostos</u> <u>em Despesas com</u> <u>Saúde - CF -</u> <u>ADCT, art. 77, III</u>
-------------------	---	---	--	--	--	--	---	--	---	--	---

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Executivo	Remeteu fora do prazo	Publicou no prazo	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Município	Não aplicável	Não aplicável	Meta: 267.282.927,47 /Real.: 188.225.759,36 - Não atingida	Meta: 258.765.285,33 Real.: 188.225.759,36 Tende ao não atingimento	Meta: 258.765.285,33 Real.: 151.703.012,88 Tende ao atingimento	Meta: -14.621.642,67 Real.: 35.659.363,53 Tende ao atingimento	Meta: -5.797.552,00 Real.:0,00 Tende ao atingimento	24,39 % -Tende ao não cumprimento	54,52 % -Tende ao não cumprimento	100,06 % -Tende ao cumprimento	9,57 % - Tende ao não cumprimento

RELATÓRIO RESUMIDO DAS VERIFICAÇÕES RELATIVAS À LRF - 5º BIMESTRE DE 2002

Poder/Ente	<u>Remessa das Informações ao Tribunal de Contas Instr. Norm. 01/2001</u>	<u>Publicidade - Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Atendimento ao Art. 52 Caput LRF</u>	<u>Meta Bimestral de Arrecadação - Art. 13 LRF</u>	<u>Meta Fiscal da Receita estabelecida na LDO - Art. 4 §1º e LRF</u>	<u>Meta Fiscal da Despesa estabelecida na LDO - Art. 4 §1º e LRF</u>	<u>Resultado Primário estabelecido na LDO - Art. 4 §1º e Art. 9º LRF</u>	<u>Resultado Nominal estabelecido na LDO - Art. 4 §1º e Art. 9º LRF</u>	<u>Aplicação de 25% da Receita de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212 CF)</u>	<u>Aplicação de 60% sobre 25% da Receita de Impostos no Ensino Fundamental - CF - ADCT, artigo 60</u>	<u>Aplicação de 60% do Retorno do FUNDEF na Remuneração dos Profissionais do Ensino Fundamental - CF Art. 60, § 5º</u>	<u>Aplicação de 7% a 15% dos Impostos em Despesas com Saúde - CF - ADCT, art. 77, III</u>
-------------------	---	---	--	--	--	--	---	--	---	--	---

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Executivo	Remeteu no prazo	Publicou no prazo	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Município	Não aplicável	Não aplicável	Meta: 329.845.857,46 / Real.: 235.206.814,95 - Não atingida	Meta: 323.456.606,67 Real.: 235.206.814,95 Tende ao não atingimento	Meta: 323.456.606,67 Real.: 200.041.603,35 Tende ao atingimento	Meta: -18.277.053,33 Real.: 45.635.492,48 Tende ao atingimento	Meta: -7.246.940,00 Real.: -11.581.047,73 Tende ao não atingimento	23,64 % -Tende ao não cumprimento	55,66 % -Tende ao não cumprimento	101,03 % -Tende ao cumprimento	9,91 % -Tende ao não cumprimento

RELATÓRIO RESUMIDO DAS VERIFICAÇÕES RELATIVAS À LRF - 6º BIMESTRE DE 2002

Poder/Ente	<u>Remessa das Informações ao Tribunal de Contas Instr. Norm. 01/2001</u>	<u>Publicidade - Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Atendimento ao Art. 52 Caput LRF</u>	<u>Meta Bimestral de Arrecadação - Art. 13 LRF</u>	<u>Meta Fiscal da Receita estabelecida na LDO - Art. 4 §1º LRF</u>	<u>Meta Fiscal da Despesa estabelecida na LDO - Art. 4 §1º LRF</u>	<u>Resultado Primário estabelecido na LDO - Art. 4 §1º e Art. 9º LRF</u>	<u>Resultado Nominal estabelecido na LDO - Art. 4 §1º e Art. 9º LRF</u>	<u>Aplicação de 25% da Receita de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212 CF)</u>	<u>Aplicação de 60% sobre 25% da Receita de Impostos no Ensino Fundamental - CF - ADCT, artigo 60</u>	<u>Aplicação de 60% do Retorno do FUNDEF na Remuneração dos Profissionais do Ensino Fundamental - CF Art. 60, § 5º</u>	<u>Aplicação de 7% a 15% dos Impostos em Despesas com Saúde - CF - ADCT, art. 77, III</u>
-------------------	---	---	--	--	--	--	---	--	---	--	---

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Executivo	Remeteu no prazo	Publicou no prazo	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Município	Não aplicável	Não aplicável	Meta: 243.853.475,00 / Real.: 288.508.100,45 -Atingida	Meta: 388.147.928,00	Meta: 388.147.928,00	Meta: -21.932.464,00	Meta: -8.696.328,00	29,99 % -Cumpriu	76,54 % -Cumpriu	100,44 % -Cumpriu	8,11 % -Não Cumpriu
				Real: 288.508.100,45	Real.: 280.078.832,37	Real.: 36.376.466,42	Real.: 35.243.105,08				
				Não atingida	Atingida	Atingida	Não atingida				

RELATÓRIO RESUMIDO DAS VERIFICAÇÕES RELATIVAS À LRF - 1º QUADRIMESTRE DE 2002

Poder/Ente	<u>Remessa das Informações ao Tribunal de Contas - Instr. Norm. 01/2001</u>	<u>Publicidade - Relatório de Gestão Fiscal - Atendimento ao art. 55 § 2º LRF</u>	<u>Despesa com Pessoal - Atendimento aos arts. 19, III, 20, III, "A" e "B" LRF</u>	<u>Gastos Totais do Poder Legislativo - de 8 a 5% da Receita de Impostos - CF artigo 29 A</u>	<u>Gastos com Folha de Pagamento do Legislativo - até 70% da Receita - CF artigo 29 A § 1º</u>	<u>Limite com Remuneração de Vereador-de 20 a 75% da Remuneração Deputado Estadual - CF artigo 29, V I</u>	<u>Limite com Remuneração Anual dos Vereadores - até 5% da Receita do Município - CF artigo 29, V II</u>
------------	---	---	--	---	--	--	--

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Executivo	Remeteu no prazo	Publicou no prazo	49,09 % Cumpriu -	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Legislativo	Remeteu no prazo	Publicou no prazo	4,03 % Cumpriu -	5,80 % Tende ao cumprimento -	70,53 % Tende ao descumprimento -	Janeiro:50,00% Fevereiro: 50% Março: 50% Abril: 50% Cumpriu	0,40 % Tende ao cumprimento -
Município	Não aplicável	Não aplicável	53,13 % -Cumpriu	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

RELATÓRIO RESUMIDO DAS VERIFICAÇÕES RELATIVAS À LRF - 2º QUADRIMESTRE 2002

Poder/Ente	<u>Remessa das Informações ao Tribunal de Contas - Instr. Norm. 01/2001</u>	<u>Publicidade - Relatório de Gestão Fiscal - Atendimento ao art. 55 § 2º LRF</u>	<u>Despesa com Pessoal - Atendimento aos arts. 19, III; 20, III, "A" e "B" LRF</u>	<u>Gastos Totais do Poder Legislativo - de 8 a 5% da Receita de Impostos - CF artigo 29 A</u>	<u>Gastos com Folha de Pagamento do Legislativo - até 70% da Receita - CF artigo 29 A § 1º</u>	<u>Limite com Remuneração de Vereador-de 20 a 75% da Remuneração Deputado Estadual - CF artigo 29, V I</u>	<u>Limite com Remuneração Anual dos Vereadores - até 5% da Receita do Município - CF artigo 29, V II</u>
-------------------	---	---	--	---	--	--	--

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Executivo	Remeteu fora do prazo	Publicou no prazo	51,49 % -Limite prudencial	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Legislativo	Remeteu no prazo	Publicou no prazo	4,53 % -Cumpriu	5,81 % - Tende ao cumprimento	72,37 % - Tende ao descumprimento	Maio: 50,91% Junho: 50,91% Julho: 50,91% Agosto: 50,91% Cumpriu	0,47 % - Tende ao cumprimento
Município	Não aplicável	Não aplicável	56,02 % -Cumpriu	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

RELATÓRIO RESUMIDO DAS VERIFICAÇÕES RELATIVAS À LRF - 3º QUADRIMESTRE DE 2002

Poder/Ente	<u>Remessa das Informações ao Tribunal de Contas - Instr. Norm. 01/2001</u>	<u>Publicidade - Relatório de Gestão Fiscal - Atendimento ao art. 55 § 2º LRF</u>	<u>Despesa com Pessoal - Atendimento aos arts. 19, III; 20, III, "A" e "B" LRF</u>	<u>Meta Fiscal da Dívida Pública estabelecida LDO - Art. 4 §1º LRF</u>	<u>Gastos Totais do Poder Legislativo - de 8 a 5% da Receita de Impostos - CF artigo 29 A</u>	<u>Gastos com Folha de Pagamento do Legislativo - até 70% da Receita - CF artigo 29 A § 1º</u>	<u>Limite com Remuneração de Vereador - de 20 a 75% da Remuneração Deputado Estadual - CF artigo 29, VI</u>	<u>Limite com Remuneração Anual dos Vereadores - até 5% da Receita do Município - CF artigo 29, VII</u>	<u>Aumento de Despesa Total com Pessoal em relação ao exercício anterior - Atendimento ao art. 71 LRF</u>	<u>Despesas com Serviços de Terceiros - Atendimento ao art. 72 LRF</u>
-------------------	---	---	--	--	---	--	---	---	---	--

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Executivo	Remeteu no prazo	Publicou no prazo	51,06 % -Cumpriu	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	-4,86 % -Cumpriu	Limite Máx.:33,67% 26,96% -Cumpriu
Legislativo	Remeteu no prazo	Publicou no prazo	4,07 % -Cumpriu	Não aplicável	5,86 % -Cumpriu	71,32 % - Descumpriu	Setembro:50,91% Outubro: 50,91% Novembro: 50,91% Dezembro: 50,91% - Cumpriu	0,46 % -Cumpriu	-0,49 % -Cumpriu	Limite Máx.:0,69% 0,62% -Cumpriu
Município	Não aplicável	Não aplicável	55,13 % -Cumpriu	Meta: 9.483.390,02 / Real.: 270.049.037,18 - Não atingida	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Quadro-Resumo da Análise do Relatório de Verificação TCE-LRF - 2001

Tipo de Relatório >	Bimestral Ano 2001																	
Período >	1			2			3			4			5			6		
Poder - Município >	E	L	M	E	L	M	E	L	M	E	L	M	E	L	M	E	L	M
Remessa das Informações ao TCE							OK	OK	NA	NR	OK	NA	OK	OK	NA	OK	OK	NA
Publicidade - RREO	OK	NA	NA	OK	NA	NA	FP	NA	NA	NR	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA
Límite da Despesa Total do Legislativo/Nº de Habitantes	NA	TD	NA	NA	TD	NA	NA	OK	NA	NA	TD	NA	NA	OK	NA	NA	D	NA
Límite da Despesa Folha de Pagto do Legislativo/até 70% da Receita	NA	TD	NA	NA	OK	NA	NA	TD	NA	NA	TD	NA	NA	OK	NA	NA	D	NA
Límite de Gastos com a Remuneração de Vereadores/Deputado Estadual	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA
Límite de Gastos com a Remuneração de Vereadores/até 5% da Receita do Município	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	IN	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA
Meta Bimestral de Arrecadação	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	NT	NA	NA	NR	NA	NA	OK	NA	NA	OK
Meta Fiscal da Receita na LDO	NA	NA	TN	NA	NA	TN	NA	NA	TN	NA	NA	NR	NA	NA	OK	NA	NA	NT
Meta Fiscal da Despesa na LDO	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	NR	NA	NA	OK	NA	NA	OK
Resultado Primário na LDO	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	NR	NA	NA	OK	NA	NA	OK
Resultado Nominal na LDO	NA	NA	IN	NA	NA	IN	NA	NA	IN	NA	NA	NR	NA	NA	IN	NA	NA	IN
Aplicação de 25% da Receita de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino																		
Aplicação de 60% sobre 25% da Receita de Impostos no Ensino Fundamental																		
Aplicação de 60% do Retorno do FUNDEF na Remuneração dos Profissionais do Ensino Fundamental																		
Aplicação de 7% a 15% dos Impostos em Despesas com Saúde																		

Legenda:

E - Executivo
L - Legislativo
M - Município

V - Verificado no relatório bimestral

TD - Tende ao descumprimento/não cumprimento

TN - Tende ao não atingimento

IN - Item não informado

FP - Publicou fora do prazo

NT - Meta não atingida

- Relatório inexistente

NR - Não remeteu/informações não remetidas

D - Descumpriu/Não cumpriu

LP - Limite prudencial

NA - Não aplicável

- Dúvida/incoerência

OK - Cumpriu/Meta atingida/Remeteu/Publicou no prazo

Quadro-Resumo da Análise do Relatório de Verificação TCE-LRF - 2002

Tipo de Relatório > Período > Poder - Município >	Bimestral Ano 2002																	
	1			2			3			4			5			6		
	E	L	M	E	L	M	E	L	M	E	L	M	E	L	M	E	L	M
Remessa das Informações ao Tribunal de Contas				OK	NA	NA	OK	NA	NA	FP	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA
Publicidade - Relatório Resumido de Execução Orçamentária				OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA
Limite da Despesa Total com o Legislativo com base no Número de Habitantes				NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Limite da Despesa com Folha de Pagamento do Legislativo - até 70% da Receita				NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Limite de Gastos com a Remuneração de Vereadores - Atendimento ao art. 29, VI CF em relação à Remuneração de Deputado Estadual				NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Limite de Gastos com a Remuneração de Vereadores - Atendimento ao art. 29, VII CF até 5% da Receita do Município				NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Meta Bimestral de Arrecadação				NA	NA	OK	NA	NA	NT	NA	NA	NT	NA	NA	NT	NA	NA	OK
Meta Fiscal da Receita estabelecida na LDO				NA	NA	TN	NA	NA	TN	NA	NA	TN	NA	NA	TN	NA	NA	NT
Meta Fiscal da Despesa estabelecida na LDO				NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK
Resultado Primário estabelecido na LDO				NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK
Resultado Nominal estabelecido na LDO				NA	NA	OK	NA	NA	TN	NA	NA	OK	NA	NA	TN	NA	NA	NT
Aplicação de 25% da Receita de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino							NA	NA	TD	NA	NA	TD	NA	NA	TD	NA	NA	OK
Aplicação de 60% sobre 25% da Receita de Impostos no Ensino Fundamental							NA	NA	TD	NA	NA	TD	NA	NA	TD	NA	NA	OK
Aplicação de 60% do Retorno do FUNDEF na Remuneração dos Profissionais do Ensino Fundamental							NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK
Aplicação de 7% a 15% dos Impostos em Despesas com Saúde							NA	NA	TD	NA	NA	TD	NA	NA	TD	NA	NA	D

Legenda:

E - Executivo
L - Legislativo
M - Município

V - Verificado no relatório bimestral

TD - Tende ao descumprimento
TN - Tende ao não atingimento
IN - Item não informado
FP - Publicou fora do prazo
NT - Meta não atingida
 - Relatório inexistente

NR - Não remeteu/informações não remetidas

D - Descumpriu/Não cumpriu

LP - Limite prudencial

NT - Não atingida

- Dúvida/incoerência

OK - Cumpru/Meta atingida/Remeteu/publicou no prazo

Quadro-Resumo da Análise do Relatório de Verificação TCE-LRF - 2001

Tipo de Relatório >	Quadrimestral Ano 2001								
Período >	1			2			3		
Poder - Município >	E	L	M	E	L	M	E	L	M
Remessa das Informações ao TCE				NR	OK	NA	OK	OK	NA
Publicidade - RGF	OK	OK	NA	NR	OK	NA	OK	OK	NA
Despesa com pessoal art. 19, 20 LRF	OK	OK	OK	NR	NR	NR	OK	OK	OK
Limite da Dívida Pública até 170% da receita real	NA	NA	OK	NA	NA	NR	NA	NA	OK
Meta Fiscal da dívida pública LDO	NA	NA	IN	NA	NA	NR	NA	NA	
Gastos totais PL - de 8 a 5% da receita de impostos	V	V	V	V	V	V	V	V	V
Gastos folha de pgto do legislativo - até 70% da receita	V	V	V	V	V	V	V	V	V
Limite de Gastos com a Remuneração de Vereadores/Deputado Estadual	V	V	V	V	V	V	V	V	V
Limite de Gastos com a Remuneração de Vereadores/até 5% da Receita do Município	V	V	V	V	V	V	V	V	V
Aumento da Despesa pessoal em relação ao exercício anterior	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Despesa com serviços de terceiros	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Legenda:

E - Executivo
L - Legislativo
M - Município

V - Verificado no relatório bimestral

TD - Tende ao descumprimento/não cumprimento

TN - Tende ao não atingimento

IN - Item não informado

FP - Publicou fora do prazo

NT - Meta não atingida

- Relatório inexistente

NR - Não remeteu/informações não remetidas

D - Descumpriu/Não cumpriu

LP - Limite prudencial

NA - Não aplicável

- Dúvida/incoerência

OK - Cumpriu/Meta atingida/Remeteu/Publicou no prazo

Quadro-Resumo da Análise do Relatório de Verificação TCE-LRF - 2002

Tipo de Relatório >	Quadrimestral Ano 2002								
Período >	1			2			3		
Poder - Município >	E	L	M	E	L	M	E	L	M
Remessa das Informações ao TCE	OK	OK	NA	FP	OK	NA	OK	OK	NA
Publicidade - RGF	OK	OK	NA	OK	OK	NA	OK	OK	NA
Despesa com pessoal art. 19, 20 LRF	OK	OK	OK	LP	OK	OK	OK	OK	OK
Limite da Dívida Pública até 170% da receita real									
Meta Fiscal da dívida pública LDO							NA	NA	NT
Gastos totais PL - de 8 a 5% da receita de impostos	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA
Gastos folha de pgto do legislativo - até 70% da receita	NA	TD	NA	NA	TD	NA	NA	D	NA
Limite de Gastos com a Remuneração de Vereadores/Deputado Estadual	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA
Limite de Gastos com a Remuneração de Vereadores/até 5% da Receita do Município	NA	OK	NA	NA	OK	NA	NA	OK	NA
Aumento da Despesa pessoal em relação ao exercício anterior	NA	NA	NA	NA	NA	NA	OK	OK	NA
Despesa com serviços de terceiros	NA	NA	NA	NA	NA	NA	OK	OK	NA

Legenda:

E - Executivo

L - Legislativo

M - Município

V - Verificado no relatório bimestral


TD - Tende ao descumprimento/não cumprimento

TN - Tende ao não atingimento

IN - Item não informado

FP - Publicou fora do prazo

NT - Meta não atingida


 - Relatório inexistente

NR - Não remeteu/informações não remetidas

D - Descumpriu/Não cumpriu

LP - Limite prudencial

NA - Não aplicável

 - Dúvida/incoerência

OK - Cumpriu/Meta atingida/Remeteu/Publicou no prazo

ANEXO II

PRAZOS PARA REMESSA DE DADOS E INFORMAÇÕES PELOS MUNICÍPIOS

Prazo para remessa	DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS DEMONSTRATIVOS ABAIXO	Previsão na LRF
05/Fev	1 – Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre do exercício anterior	arts. 54 e 55
	2 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º Bimestre do exercício anterior	art. 52
	3 – Demonstrativos que acompanham o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último Bimestre do exercício anterior	art. 53 e § 1º
	4 – Demonstrativo do cronograma de execução mensal de desembolso	art. 8º
	5 – Demonstrativo das admissões e contratações de servidores e de mão-de-obra terceirizada do 3º Quadrimestre do exercício anterior – documental	art. 18, §1º
	6 – Demonstrativo das despesas com serviços de terceiros do exercício anterior, exigido até 2003.	art. 72
	7 – Demonstrativo do desdobramento das receitas previstas no orçamento em metas bimestrais de arrecadação	art. 13
	8 – Medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos; quantidade e valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e evolução do montante de créditos passíveis de cobrança administrativa – documental	art. 13
05/Abr	1 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao 1º Bimestre	art. 52
	2 – Demonstrativos que acompanham o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 1º Bimestre	art. 53
	3 – Comprovante da realização de audiência pública no final do mês de fevereiro (a partir de 2003) para demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do último quadrimestre do exercício anterior – documental	art. 9º, §4º
20/Abr	1 – Relatório sobre projetos em execução e a executar, e demonstrativo das despesas de conservação do patrimônio público realizadas e a realizar no exercício – documental	art. 45, parágrafo único
05/Jun	1 – Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre	arts. 54 e 55
	2 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º Bimestre	art. 52
	3 – Demonstrativos que acompanham o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º Bimestre	art. 53
	4 – Demonstrativo das admissões e contratações de servidores e de mão-de-obra terceirizada do 1º Quadrimestre – documental	art. 18, §1º
	5 – Comprovante da realização de audiência pública no final do mês de maio para demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do primeiro quadrimestre do exercício – documental	art. 9º, §4º
05/Ago	1 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 3º Bimestre	art. 52
	2 – Demonstrativos que acompanham o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 3º Bimestre	art. 53
05/Out	1 – Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre	arts. 54 e 55
	2 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 4º Bimestre	art. 52
	3 – Demonstrativo que acompanham o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 4º Bimestre	art. 53
	4 – Demonstrativos das admissões e contratações de servidores e de mão-de-obra terceirizada do 2º Quadrimestre – documental	art. 18, §1º
	5 – Comprovante da realização de audiência pública no final do mês de setembro para demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do segundo quadrimestre do exercício – documental	art. 9º, §4º
05/Dez	1 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 5º Bimestre	art. 52
	2 – Demonstrativos que acompanham o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 5º Bimestre	art. 53

ANEXO IV

PRAZOS PARA REMESSA DE DADOS E INFORMAÇÕES PELO PODER LEGISLATIVO DOS MUNICÍPIOS

Prazo para remessa	DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS DEMONSTRATIVOS ABAIXO	Previsão na LRF
05 Fev	1 – Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre do exercício anterior	arts. 54 e 55
	2 – Demonstrativo das admissões e contratações de servidores e de mão-de-obra terceirizada do 3º Quadrimestre do exercício anterior – documental	art. 18, §1º
	3 – Demonstrativo das despesas com serviços de terceiros do exercício anterior, exigido até o exercício de 2003	art. 72
	4 – Demonstrativo das despesas com o Poder Legislativo no exercício anterior	art. 59, V
05/Jun	1 – Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre	arts. 54 e 55
	2 – Demonstrativo das admissões e contratações de servidores e de mão-de-obra terceirizada do 1º Quadrimestre – documental	art. 18, §1º
05/Out	1 – Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre	arts. 54 e 55
	2 – Demonstrativos das admissões e contratações de servidores e de mão-de-obra terceirizada do 2º Quadrimestre – documental	art. 18, §1º